



**Imaculada Soares
Cabral**

**Os Desafios do Processo de Adesão de Timor-Leste
à ASEAN**



**Imaculada Soares
Cabral**

**Os Desafios do Processo de Adesão de Timor-Leste
à ASEAN**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva, Professor Auxiliar Convidado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho a meu amado Marido, Filhos e Pais, pelo incansável apoio.

O júri

Presidente

Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva

Professora Auxiliar Convidada do Departamento Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Vogais

Vogal-Arguente Principal

Professora Doutora Teresa Maria Resende Cierco Gomes

Professora Auxiliar Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Vogal-Orientador

Doutor Jorge Manuel Tavares da Silva

Professor Auxiliar Convidado do Departamento Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

Ao meu Orientador, por todo o apoio, disponibilidade, orientação e paciência durante a elaboração desta dissertação.

Ao Prof. Miguel Rocha, à Professora. Betina da Silva Lopes, ao Dr. Ângelo Ferreira, e ao Dr. Miguel Oliveira por todo o apoio prestado.

À UNDIL (Universidade de Díli), pela oportunidade que me deu em poder prosseguir com os meus estudos na UA.

Ao Dr. Roberto Sarmento de Oliveira Soares, Ex-Vice-ministro dos Negócios, Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, por ter aceitado ser entrevistado para esta dissertação

À minha família, em particular, pais, irmã e irmão pela vossa dedicação, motivação, paciência e por todo o apoio incondicional, pois sem eles esta jornada não seria exequível.

Um cumprimento especial de agradecimento ao meu Marido, Tadeu Cabral Soares, e filhos: Lenino, Abeto jr, Xanina, por todo o amor incondicional, motivação e apoio. São as minhas forças para poder concretizar mais esta etapa.

Aos meus Amigos timorenses em Aveiro Portugal (GETA), pela amizade e fraternidade.

Bem-haja a todos.

Palavras-chave

Regionalismo, Integração regional, Timor-Leste, ASEAN.

Resumo

A formação de blocos regionais e os processos de integração regional ou o regionalismo são um fenómeno crescente da atualidade internacional após a Segunda Guerra Mundial. Trata-se de processos multidimensionais, que envolvem fatores económicos, políticos, sociais, culturais e de segurança. Nesta dissertação pretende-se avaliar o processo de adesão de Timor-Leste à ASEAN, a partir do referencial teórico que caracteriza os fundamentos do regionalismo e da integração económica. A ASEAN é uma das organizações mais importantes do contexto asiático e de grande importância para o futuro de Timor-Leste. Em concreto, pretende-se verificar e interpretar a capacidade, as condições, os trâmites e os desafios deste país no processo de adesão à ASEAN, formalizado em 2011 e ainda em curso (2016). Inclui-se um diagnóstico à situação do processo de adesão através de uma análise SWOT, onde se constata que as dinâmicas políticas da organização regional prejudicam o processo de adesão, embora este processo parece irreversível, estando a organização regional a oferecer colaboração técnica para o efeito, numa sociedade civil recetiva a esta integração.

Keywords

Regionalism, regional Integration, Timor-Leste, ASEAN.

Abstract

The growing formation of regional blocs and the processes of regional integration or regionalism are phenomenon of the international post-World War II era. Characterized as multidimensional processes, involving economic, political, social, and cultural and security factors.

This dissertation intends to evaluate the process of Timor-Leste's integration to ASEAN, based on the theoretical framework that characterizes the foundations of regionalism and economic integration. The ASEAN is one of the most important organizations in the Asian context and of great importance for the future of Timor-Leste. In particular, this dissertation intends to verify and interpret the capacity, conditions, procedures and challenges of this country in the process of accession to ASEAN, formalized in 2011 and still in progress (2016). It includes a diagnosis of the status of the accession process through a SWOT analysis, where it can be seen that the political dynamics of the regional organization undermine the accession process, even though the process seems at the present point to be irreversible. The regional organization offers technical cooperation to that end. Civil society is receptive to the integration.

Lista de Acrónimos

ACCWG - ASEAN Coordinating Council Working Group
AEC - ASEAN Economic Community
AFTA - ASEAN Free Trade Area
APEC – Asia Pacific Economic Cooperation
APODETI - Associação Popular Democrática Timorense
APSC - Political-security Community
ARF – ASEAN Regional Forum
ASA - Association for Southeast Asia
ASDT - Associação Social Democrata de Timorense
ASEAN - Association of Southeast Asian Nations
ASCC - ASEAN Socio-cultural Community
ASPAC - Asian and Pacific Council
CE - Comunidade Europeia
CEPT - Common Effective Preferential Tariffs
CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU - Conselho Segurança da ONU
EU - European Union
EUA - Estados Unidos da America
EPG - Eminent Person Group
F-FDTL Força Defesa de Timor-Leste
FRETILIN - Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
FTA - Free Trade Area
GATT- General Agreement on Tariffs and Trade
HLT - High Level Taskforce
HPA - Hanoi Plan of Action
INTERFET - International Force for East Timor
IMF - International Monetary Fund
JICA - Japanese International Cooperation Agency
MAPHILINDO – Malaysia Philippine Indonesia
MDG - Millennium Development Goals
MNEC - Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste
NAFTA - North American Free Trade Agreement
ONU - Organização das Nações Unidas
PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Português
PED - Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional
PIF - Pacific Island Forum
PND - Plano Nacional de Desenvolvimento
PNTL - Polícia Nacional de Timor-Leste
PTA - Preferential Trading Agreement
RDTL - República Democrática de Timor-Leste
SEATO - Southeast Asia Treaty Organization
SEANWFZ - Southeast Asia Nuclear Weapon-free Zone
SEDA – Sustainable Economic Development Assesment
TAC - Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia
TNI - Tentara Nasional Indonesia
UE - União Europeia
UDT - União Democrática Timorense
UNAMET - United Nations Missions in East Timor
UNCTAD United Nation Conference on Trade and Developmente
UNMIT - United Nations Missions Integrated in Timor-Leste
UNMISSET - United Nations Mission of Support in East Timor
UNOTIL - United Nations Office in Timor-Leste
UNTAET - United Nations Transitional Administration in East Timor
VAP - Vientiane Action Programme
WTO - World Trade Organization
ZEESM - Zona Especial de Economia Social e de Mercado Social
ZOPFAN - Zone of Peace, Freedom and Neutrality Declaration

Índice

Parte 1.....	1
Introdução.....	1
1.1. Metodologia	4
1.2. As Limitações do Estudo	5
1.3. Estrutura geral da dissertação	5
Parte 2.....	7
Enquadramento Teórico.....	7
2.1. O Fenómeno da Integração Regional	7
2.2. Regionalismo e regionalização enquanto processo de Integração.....	10
2.3. Teoria da Integração Económica.....	12
2.4. A globalização, liberalização, neoliberalização, Interdependências entre Estado Política Externa.	15
2.4.1. Globalização	15
2.4.2. Liberalismo vs. Neoliberalismo	18
2.4.3. Interdependências entre Estados e política externa.....	20
Parte 3.....	23
Timor-Leste e ASEAN: Perspetiva História	23
3.1. República Democrática de Timor-Leste (RDTL).....	23
3.1.1. Antecedentes históricos e políticos.....	23
3.1.2. A Ocupação de Timor pela Indonésia e a luta pela independência	28
3.1.3. Formação de Estado Timor-Leste	32
3.1.4. Independência Nacional de Timor-Leste	34
3.1.5. O contexto estadual do desenvolvimento Timor-Leste	35
3.1.6. A política externa de Timor-Leste	41
3.2. A Origens do Projeto da Integração Regional na ASEAN.....	43
3.2.1. Antecedência da ASEAN	43
3.2.2. O Nascimento da ASEAN	44
3.2.3. Transformação para princípios de integração mais formais	45
3.2.4. A origem e o carácter de evolução da integração Regional de ASEAN	49
a. Comunidade Económica da ASEAN (CEA).....	52
b. Comunidade Política-segurança de ASEAN (CPSA)	53
c. Comunidade Sociocultural da ASEAN (CSCA).....	54
Parte 4.....	57
A Avaliação das Condições de Timor-Leste no Processo de Integração à ASEAN.....	57
4.1. O Pedido de adesão de Timor-Leste à ASEAN	57
4.2. Os requisitos de adesão.....	58
4.3. O Processo de Preparação de Timor-Leste.....	59
4.4. A avaliação do modelo SWOT	63
4.4.1. Análise das variáveis Internas (Pontos Fortes e Pontos fracos).....	64
4.4.2. Análise das <i>variáveis Externas (Positivas e Negativas)</i>	65
4.4.3. Estratégia como perspetiva para a integração de Timor-Leste na ASEAN	66
Parte 5.....	69
Conclusão.....	69
Bibliografia	73
Anexos.....	79

Parte 1

Introdução

A República Democrática de Timor-Leste (RDTL) é um país insular, situado no Leste do Sudeste Asiático, que se tornou formalmente independente em 2002. Iniciou-se de imediato um processo de democratização. Em agosto de 2001 realizaram-se eleições legislativas, dando o escrutínio a vitória à Frente Revolucionário Timor-Leste Independente (FRETILIN). O novo país adotou um sistema de Governo semipresidencialista, o que significa que passou a ter um sistema meio-parlamentar, meio presidencial. O sistema meio-parlamentar é um sistema de tradição europeia, que visa racionalizar o parlamentarismo, através do reforço do papel do Presidente da República e assim criar um modelo estável e eficaz de governação (Amaral, 2014, p. 189). O Chefe de Estado, atualmente Francisco Guterres, assume simultaneamente as funções de Presidente da República e Comandante-chefe das Armadas (Governo de Timor-Leste, 2002). O Governo é o órgão executivo do Estado chefiado pelo Primeiro-Ministro, atualmente Dr. Mari Bim Amude Alkatiri, O Parlamento Nacional é o órgão legislativo, sendo este composto por 65 deputados (ONU, 2002).

A Timor-Leste corresponde uma área aproximada de 15 mil quilómetros quadrados (Universidade Técnica de Lisboa, 2002, p. 32). O país ocupa a parte mais oriental da ilha de Timor, situando-se entre a Austrália e a Indonésia. Timor-Leste possui uma única fronteira marítima: a leste e a sul, com a Austrália, a norte com o mar da Indonésia. A oeste faz fronteira direta terrestre com a Indonésia.

A geografia do país confere-lhe uma posição privilegiada para o estabelecimento de relações com alguns países de grandes economias emergentes na região, tais como China, o Japão, Austrália, Singapura, Tailândia e Nova Zelândia (Aparício, 2017, p. 32).

A importância do relacionamento estratégico com outros países (vizinhos) está patente na Constituição da RDTL. De acordo com o artigo 8 é premissa de política externa do Estado timorense estabelecer uma cooperação de diplomacia com todos os países no mundo a fim de responder a diversos desafios, nomeadamente os constantes no artigo 6 (alínea *a* até *j*): Vulnerabilidade, pobreza, analfabetismo e desemprego. É do interesse nacional a libertação dos timorenses destes problemas para que possam viver com sustentabilidade económica e segurança.

Em virtude de Timor-Leste ser um Estado membro pleno na assembleia-geral da Organização das Nações Unidas (ONU)¹, a sua participação na cena internacional reveste-se de enorme importância, a fim de consolidar o seu Estado Democrático, nomeadamente pelos artigos 6 e 8 já referidos (Governo de Timor-Leste, 2002).

É de salientar ainda, num quadro multilateral, o grande desejo de Timor-Leste em contribuir para a paz mundial e, particularmente, para a estabilidade e paz na região asiática. Neste domínio, destaca-se a participação em missões de paz no âmbito da ONU² (por exemplo, em 2012/2013 o país esteve a contribuir para a missão de paz na Guiné Bissau, através do Ex-presidente de Timor-Leste, Dr. José Ramos Horta, como o representante especial do Secretário-geral da ONU na Guiné-Bissau)³.

O país participa ainda noutras organizações, tais como Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a União Europeia (UE)⁴, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) (Governo de Timor-Leste, 2013), os Fóruns da ilha pacífica/*Pacific Island Forum* (PIF); o Fórum regional da *ASEAN/ASEAN Regional Forum* (ARF), os Países Africanos de Língua Oficial Português (PALOP) e o Grupo de Estados Africanos, das Caraíbas e do Pacífico (ACP).

Entre estas organizações a nível regional a ASEAN é aquela que tem mais importância por motivos de estabilidade política, de segurança e económica. A localização geográfica, os fatores de história e a diversidade cultural entre Timor-Leste e os países da ASEAN são também determinantes (SEAA-MNEC, 2014).

Desde a formalização da sua independência em 2002, o Governo timorense tem procurado reforçar a sua posição entre as organizações regionais, sobretudo através da participação no sistema multilateral regional da ASEAN.

A ASEAN é uma organização regional de comunidade de nações, no Sudeste Asiático. É composta por dez Estado-membros permanentes com cooperação na área da política, da segurança, da economia e da área social.

Em 2011 Timor-Leste pediu formalmente a integração nesta organização e neste momento está em fase de discussão, entre os dez Estados-membros da ASEAN, o processo de filiação de Timor-Leste (ASEAN Secretariat, 2012).

¹ Desde setembro dia 7 de 2002 Timor-Leste tornou-se no 191º de Estado membro permanente da Organização das Nações Unidas (ONU, 2002; Novais, 2006).

² Timor-Leste teve de cumprir seu dever como do membro permanente de ONU, ao ratificar e assinar as convenções como Direitos Humanos e vários outros tratados, e continuamente a participar em manutenção da paz global no âmbito da missão da paz de ONU.

³ Para a missão de apoio o processo eleitoral na Guiné Bissau 2012/2013.

⁴ As Relações entre Timor-Leste e UE processam-se no âmbito do *Cotonou Agreement*, é um instrumento do acordo de parceria das relações entre EU e os países de África; Caraíbas e Pacífico.

A intenção de integrar aquele organismo foi salientada por Roberto Sarmiento de Oliveira Soares, O Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, quando referiu que “Timor-Leste preenche os critérios estipulados e a admissão é decidida por consenso em cimeira da ASEAN. Portanto é apenas uma questão de tempo até que Timor-Leste se una aos seus irmãos e irmãs na família da ASEAN” (Governo de Timor-Leste, 2016b, pp. 1–2).

Já desde 1989 Xanana Gusmão afirmava que o futuro Estado Independente iria adotar a economia de mercado e uma política externa não alinhada com uma ideologia específica. Para este líder de resistência é importante Timor-Leste integrar-se na ASEAN porque é um contributo mais positivo para a estabilidade regional, com o objetivo de afirmação de Timor-Leste a nível internacional (Barbedo de Magalhães, 1999, p. 138). Xanana Gusmão, no seu discurso, na ocasião de receber o Doutoramento Honoris Causa pela Universidade Malásia, em 2014, realçou que o percurso natural de adesão já tinha começado há muitos anos, não só para garantir o desenvolvimento e a segurança interna de Timor-Leste, mas também como forma de contribuir para a estabilidade regional, no espaço desta comunidade (Governo Timor-Leste, 2014).

Nestas circunstâncias pode entender-se que a integração de Timor-Leste na ASEAN é conveniente para reafirmar a sua identidade regional e para os esforços de desenvolvimento nacional, designadamente no que respeita à democracia e à sustentabilidade económica, que necessitam do apoio da comunidade internacional e de investidores internacionais no mercado nacional do país.

Por outro lado, a integração de Timor-Leste na ASEAN, pode oferecer aspetos positivos à ASEAN. A posição geoestratégica, assim como a política timorense, podem representar uma mais-valia para ASEAN em termos de expandir os interesses económicos e a segurança coletiva regional, através do fortalecimento da afinidade cultural entre timorenses e países membros da ASEAN.

Nesta dissertação pretende-se analisar e fazer uma avaliação às capacidades (vulnerabilidades e forças) do Governo timorense em aceder a esta comunidade de nações (ASEAN). Em concreto, importa saber se Timor-Leste tem condições para cumprir os requisitos da integração; identificar quais as alterações que Timor-Leste tem de desenvolver para poder integrar a ASEAN e descrever a evolução do processo, identificando as principais barreiras a ultrapassar.

No alinhamento da questão de investigação e do objetivo geral do estudo foram definidas as seguintes questões de investigação específicas (QIE): como surge a ideia do

pedido de adesão de Timor-Leste à ASEAN, quem preparou esse pedido de adesão e porquê? Quais são as condições de preparação e negociação que estão a decorrer em Timor-Leste? Como é que os timorenses se posicionam em relação a esta integração?

Através do levantamento de respostas às questões de investigação pretende-se promover o conhecimento e a compreensão deste fenómeno complexo, principalmente pelo público timorense. A dissertação pretende ser um contributo para a informação alargada relativamente aos progressos e atrasos associados ao processo de integração timorense na ASEAN. Portanto esta dissertação visa constituir-se como um documento de referência em estudos de integração regional, em particular para a política externa de Timor-Leste e o seu processo de consolidação da soberania e de independência democrática.

Assim a teoria da integração regional torna-se central nesta dissertação. É um tema incontornável para quem estuda relações económicas e políticas internacionais. Há uma área de investigação em aberto nomeadamente sobre os novos países envolvidos neste processo. Por isso importa saber quais os principais fatores envolvidos na integração de um país num bloco económico regional e de que forma essa integração contribui para o desenvolvimento da economia nacional de um país.

1.1. Metodologia

Nesta dissertação houve um predomínio da investigação qualitativa⁵. Utilizamos como fonte de dados, relatórios, livros, notícias de jornais, artigos académicos, assim como informação constante em base dos dados/plataformas digitais. As informações recolhidas foram essencialmente secundárias, embora em alguns casos se recorresse a fontes primárias. É de destacar uma entrevista em tétum, semiestruturada, feita ao Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Sr. Roberto Sarmiento de Oliveira Soares, em Díli (2016).

Nesta dissertação, na avaliação das condições de Timor-Leste na adesão à ASEAN, será feita uma análise SWOT, onde se pretende avaliar os pontos fortes, pontos fracos, ameaças e oportunidades.

⁵ Estava igualmente previsto a recolha de mais dados através da realização de outras entrevistas, no entanto não foi possível realizar as mesmas por falta de financiamento.

1.2. As Limitações do Estudo

Os quatro pontos essenciais de limitação encontrados nesta investigação são: (i) A limitação de língua portuguesa e língua inglesa; (ii) os atrasos no acesso a informação devido ao sistema burocrático nas instituições nacionais timorenses e também das embaixadas dos países que integram a ASEAN em Díli, Timor-Leste; (iii) insuficiência/limitação de fundo de financiamento; e por último (iv) a distância entre Portugal e Timor-Leste o que também interferiu negativamente na confirmação de dados e elaboração da dissertação.

1.3. Estrutura geral da dissertação

A dissertação está constituída em cinco partes. Na primeira parte, inclui-se a presente introdução, onde é feita o enquadramento ao estudo, surge identificada a questão de investigação central, assim como os objetivos investigativos, bem como as limitações de estudo, e a metodologia de investigação seguida. Na segunda parte, é feita a revisão da literatura sobretudo na área da “Integração Regional”. Na terceira parte, descrevemos o percurso da história de Timor-Leste desde o colonialismo de Portugal, passando pela ocupação Indonésia e a Independência em 2002, até ao presente. Nesta parte apresentamos ainda a história da ASEAN.

Na parte quatro apresentamos e discutimos o processo de integração de Timor-Leste à ASEAN. Descreve-se o pedido de adesão de Timor-Leste à ASEAN e avaliam-se as condições de adesão. Identificamos ainda os desafios e os obstáculos de Timor-Leste na sua adesão em alinhamento com os resultados da análise SWOT. Na quinta parte apresenta-se a conclusão final deste estudo, assim como a contribuição para futuras investigações. Terminamos esta dissertação com as referências bibliográficas e os anexos.

Parte 2

Enquadramento Teórico

Um dos aspetos mais marcantes do nosso tempo é o fenómeno da integração económica regional, os denominados “blocos regionais”, transversais a todos os continentes. Em grande medida, trata-se de um fenómeno que acompanha o desenvolvimento da própria humanidade, embora em fases de maior ou menor intensidade.

Naturalmente que o contexto da globalização económica, o desarme de fronteiras, o desenvolvimento dos meios de comunicação, e o aumento dos fluxos de pessoas e mercadorias intensificaram os processos de integração regional.

Neste trabalho o conceito de “integração económica” é central, tal como a teoria que lhe está subjacente. A teoria da integração regional está estreitamente relacionada com a teoria das relações internacionais, porque o processo de integração regional é parte integrante de um sistema internacional envolvendo atores de estado e não-estado.

A teoria da relação internacional ajuda a compreender não só a participação de vários atores na política internacional, permite também explicar as interdependências e a cooperação entre os diversos estados do mundo. Essas dinâmicas de cooperação são multifacetadas e derivam da política externa cada país.

Também o fenómeno da globalização é inevitável de mencionar no contexto desta investigação, na medida em que a globalização influenciou as dinâmicas da política internacional, assim como da região do sudeste asiático, e logo a (possível) integração de Timor-Leste na ASEAN.

2.1. O Fenómeno da Integração Regional

A primeira integração regional aconteceu em 1957 no continente europeu, nomeadamente aquando o estabelecimento da Comunidade Europeia, em inglês, *European Community* (Nye, 2007). O estabelecimento da Comunidade Europeia (CE)⁶ tinha como objetivo a reconstrução da estabilidade económica, e a manutenção da

⁶ Comunidade Económica Europeia (CEE), Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM): https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt.

segurança e da paz após as duas guerras mundiais⁷. Haas (1961) salienta que a integração regional é uma das alternativas que contribui para a paz mundial.

Assim, podemos entender que a integração regional se materializa em relações de cooperação estabelecidas pelos Estados para a consolidação de paz e aceleração da prosperidade económica. Na constituição de uma região há um objetivo coletivo comum entre os países que integrarão essa região.

A comunidade europeia está a desempenhar um papel importante no desenvolvimento e na manutenção da paz, da justiça e da prosperidade tanto económica e social na Europa de forma geral e com fundamento jurídico.⁸

É de salientar que a integração regional, motivada em condições de segurança coletiva através de um quadro político (Haas, 1961), pode potenciar também a economia mundial através da liberalização da economia ('Mercado Livre'), onde a livre circulação de pessoas e bens pode completar as diferentes necessidades de cada país ao nível da economia e da vida social, através de uma política integrada que implica o estabelecimento de uma estrutura supranacional e de acordos ou tratados entre estados.

No que respeita à conceptualização teórica do fenómeno da integração regional existem divergências. Há autores que o consideram um fenómeno multidimensional outros como um fenómeno unidimensional.

Do ponto de vista Kegley (2007) constitui um fenómeno multidimensional. O autor realçou que o fenómeno de integração é muito complexo, tal como é referido por Joseph Nye (2007). Segundo este autor a integração regional é um fenómeno altamente complexo onde todas as dimensões estão relacionadas.

A abordagem de Nye fundamenta-se empiricamente através da identificação de tipologias de integração e suas subcategorias que são importantes na integração regional.

O autor define uma composição tripartida da integração regional: a económica, a política e a social. Cada uma destas partes do fenómeno da integração tem a sua subcategoria. Todas estas componentes estão mutuamente relacionadas (Nye, 2007).

⁷ Primeira Guerra Mundial entre 1914-1918 e a segunda Guerra Mundial entre 1939-1945.

⁸ Organização regional de *rule of law*, ou seja, todas as atividades está regulada no tratado que é ratificado por todos os estados membros: https://europa.eu/european-union/about-eu/eu-in-brief_pt.

Tabela 1 - Tipologia de integração.

Tipologia da integração	Dimensão de integração
Economia	Zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, união económica e integração economia total (Balassa, 1961).
Política	Institucional (burocracia e jurisdição), política, <i>atitudinal</i> , e segurança coletiva.
Sociais	Interação de massa/sociedade e elites.

O fenómeno de integração social na perspetiva do modelo unidimensional, revela-se como sendo um fenómeno único, agregado, contínuo. Haas (1961) salientou que o fenómeno da integração regional está altamente acumulado com todas as subdimensões, prevalecendo o contexto político.

Do ponto de vista de Haas o fenómeno da integração regional é inerente ao objetivo político, através do qual a segurança ou paz mundial será conseguida através das lealdades do autor Estado com base jurídica institucional. Para Haas, a prosperidade económica será duradoura quando a segurança e a paz mundial estiverem estabelecidas. A ONU tem poder supranacional, isto é, está acima de todos os países, Este agrupamento visa garantir a paz mundial e o desenvolvimento económico. O autor (Haas, 1961) salienta ainda que a integração regional e a cooperação internacional são dimensões que são interdependentes e multifacetadas (Haas & Schmitter, 1964). De tal forma que a distinção do modelo unidimensional e do modelo multidimensional são as dinâmicas e as condições de cada região. Portanto segundo a primeira noção verifica-se uma condição/motivação única, a de política-segurança. Pelo contrário a outra noção refere-se a uma condição de interdependência mútua para além da política-segurança incluindo, também, a económica e a social.

Em síntese com base no acima exposto a integração regional é um fenómeno que começa com base nas acumulações de condições e os interesses coletivos acima das vontades de cada país. Assim o resultado do advento da integração acontece devido a condições económicas e motivos de segurança, de política e também sociais.

Apesar de vários conceitos apresentados por diversos autores, vamos adotar o modelo de Joseph Nye que descreve a integração regional como um fenómeno multidimensional.

2.2. Regionalismo e regionalização enquanto processo de Integração

Regionalismo e regionalização são conceitos importantes para explicar o conceito de integração regional. Nestas circunstâncias, regionalismo e regionalização são fenómenos atuais de importância inegável na conjuntura política internacional. Na realidade os blocos regionais vão nascendo em todo mundo. No que respeita ao conceito de integração este refere-se ao agrupamento de um Estado num bloco ou numa organização.

Existem várias definições para o conceito de integração regional. A integração regional tem sido definida por muitos autores com visões diferentes (cf. com modelo unidimensional e multidimensional já explorado). Para explicar bem a teoria da integração regional, é importante distinguir bem o intuito do uso dos seguintes termos: *Região e Integração; Regionalismo e Regionalização*.

Integração e Região são os termos que são usados na relação internacional tendo sido usados pela primeira vez no contexto das relações internacionais da Europa. O conceito *Região* refere a um grupo dos Estados-países num continente, igualmente refere-se para uma entidade acima do território nacional de um país. É um “*Group of Countries*” num continente. Em fim, a região define-se como entidade territorial supranacional, integrando vários Estados numa região que ultrapassa a fronteira nacional de cada país (Keating & Loughlin, 1997).

Do ponto de vista de Haas “*integration is a Process for the creation of political communities*” (Laffan, 1993, p. 3). Para Braillard (1990) a *Integração* é simultaneamente um “estado” e um “processo”. O autor explica na opção de “estado”, que este se refere às características que unificam as entidades, enquanto que no “processo” se considera as causas da integração, ou seja as justificações para as variáveis que influenciam/levam à integração (Braillard, 1990, pp. 191–195). As variáveis em causa no processo são as dimensões internas de cada país, tais como a Economia, a Política e a dimensão Social.

Portanto a região refere-se ao espaço de vários Estados na mesma posta geográfica, enquanto a integração remete para o advento de um processo da unificação de todas as dimensões.

Efetivamente a integração regional é o processo pelo qual os atores políticos em vários contextos nacionais diferentes são persuadidos a mudar suas lealdades,

expectativas e atividades políticas em direção a um novo centro, cujas instituições possuem ou demanda jurisdição sobre o Estado nacional preexistente (Haas, 1961).

Existem quatro fatores para explicar o processo de uma integração regional. São eles: fator histórico; fator económico; fator político e fator administração de região (Keating & Loughlin, 1997, pp. 2–13). Fica evidente que a integração em cada região é diferentes porque se baseia nas condições de cada região.

Assim a integração regional que abrange os Estados é uma atividade que ocorre dentro do sistema internacional como uma das partes integrada na relação internacional. Segundo a enciclopédia da relação internacional a integração contrapõe-se à cooperação internacional (Pereira, 2014, pp. 267–269). Tanto a integração regional, como a cooperação internacional envolvem os estados numa ação coletiva, mas há diferenças no quadro da organização e gestão das relações.

A cooperação internacional refere-se às relações de cooperação intergovernamentais. Ocorre dentro de uma clara definição das margens, e não há criação de uma autoridade supranacional.

Na segunda perspetiva, nomeadamente da integração regional os autores interagem para a criação de um quadro de autoridade supranacional que irão integrar (Laffan, 1993, pp. 2–3).

Ainda no âmbito da integração regional, Keating (Keating & Loughlin, 1997, pp. 17–18) sublinha que, no processo de integração regional se materializam dois conceitos diferentes, nomeadamente o regionalismo e regionalização. Estes dois conceitos são realizados no quadro da atividade de integração regional.

A regionalização é um processo deliberadamente criado pelo Estado, num fenómeno *Top-down*, como forma de aumentar e fortificar a cooperação entre Estados. Por outro lado, o regionalismo refere-se a um processo na esfera de uma demanda política do tipo *bottom-up*, onde o seu processo ocorre naturalmente baseando-se em condições internas de região de cada país. Ainda segundo esta noção de relação internacional, o regionalismo refere-se a uma entidade supranacional que se fundamenta em fatores sociais, políticos e económicos de uma região (Hocking, 1996, p. 90).

Salienta-se ainda que segundo Wallace (citado em Laffan, 1993) há duas modalidades de integração. Há integração formal e informal. A integração formal é o mecanismo de integração criado pelo Governo, e implica a ação governamental ou intervenção do estado como autor (*policy-maker*). A *integração formal* está equipada com Tratados de Cooperação entre o(s) Estado(s)/ Governo(s). Pelo contrário a

integração informal refere-se a uma intensa atividade de interação ou cooperação relacionada com a condição de mercado, de tecnologia, de comunicação, de ‘network’ e ‘social exchange’, mas na qual não há intervenção do(s) Estado(s) (Laffan, 1993, pp. 3–4).

Não obstante a diferenciação entre integração formal e informal, as mesmas estão interligadas no processo da integração regional.

Em síntese, e de acordo com o exposto acima, podemos dizer que o processo de integração regional é um fenómeno no sistema de relações internacionais que abrange vários sectores, tanto económicos, políticos e sociais na vida de um país. Portanto os atores que estão a fazer parte neste processo são de Estado e não-Estado. Apesar desta diversidade de atores envolvidos, um processo de integração regional é definido sobretudo como uma condição onde todos os Estados estão unidos em prol dos seus interesses. Este processo de integração vai criar um nível de interdependência entre os países da região, tal como Nye e co-autores realçam: “*Forming parts into a whole or creating interdependence*”(Nye, 2007, p. 880).

Nye define três tipologias de integrações são elas: Integração económica (formação da economia transnacional); Integração social (formação de sociedade transnacional) e Integração Política (formação de uma política transnacional de interdependência). Esta caracterização de três tipologias de integração ajuda a identificação das prioridades da integração de Timor-Leste na ASEAN (cf. tabela no.1).

2.3. Teoria da Integração Económica

A tipologia de regionalismo anteriormente explorada contribui para o fortalecimento de um bloco económico, que se materializa num único mercado livre ou liberalizado. Neste mercado a economia nacional está ligada e é influenciada pela economia internacional, caracterizando-se pela forte concorrência e constante dinamismo. Esta transformação reconhece-se como um produto de expansão do capitalismo e da sociedade de consumo numa sociedade moldada pelo fetichismo da mercadoria (Oliveira & Lessa, 2006).

A integração económica é um processo de unificação na dimensão económica, por meio de suprimir as barreiras da atividade económica nacional. A explicação de integração económica está associada ao enquadramento de Bela Balassa.

Bela Balassa (1961, p. 12) define o conceito de integração económica da seguinte forma: “*como um processo e uma situação, encarada como processo implica medidas*

destinadas à abolição da discriminação entre entidades económicas de diferentes Estado; como situação que pode corresponder à ausência de várias formas discriminação entre economias nacionais”.

Ainda segundo o ponto de vista de Balassa distingue-se a abordagem entre integração e cooperação em termos qualitativos e quantitativos. A cooperação é uma ação que visa diminuir a discriminação no âmbito da competição económica. O processo integra medidas específicas que conduzem à supressão de algumas formas de discriminação (Ibid, p.12).

Portanto podemos constatar que a definição de Balassa está a referir-se a dois conceitos que são dinâmicos, mas estáveis ao longo do tempo. Balassa explica a teoria da integração económica em ligação com a teoria de comércio internacional onde o efeito económico internacional vai influenciar os mercados nacionais (Balassa, 1961). Segundo Bela Balassa a economia é parte integrada numa visão de prosperidade para Estados-membros que estão a juntar-se numa estrutura para favorecer o equilibra de benefícios na região.

Balassa (citado em Nye et al., 2007), salienta que a integração económica pode ser dividida em cinco categorias; *Free Trade (Zona de Comércio Livre)*, *Customs union (União Aduaneira)*, *Common market (mercado Comum)*, *Economic Union (União Económica)* and *Total economic integration (Integração Económica Total)*. As mesmas encontram-se definidas no seguinte excerto:

Zona de comércio livre caracteriza-se pela abolição dos direitos, restrições e quantitativas entre países membros de uma organização, mas cada país mantém as suas pautas próprias em relação aos países não membros; União Aduaneira refere-se para a discriminação, no que se refere ao movimento de mercadorias no interior da união, a igualização dos direitos em relação ao comércio com países não membros. Mercado comum é a abolição das restrições comerciais incluindo os movimentos de fatores produtivos; União Económica distingue-se na harmonização das políticas económicas nacionais de forma a abolir as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas. Finalmente a integração económica total, pressupõe a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e anti cíclicas, e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional cujas decisões são obrigatórias para os Estado membros (Balassa, 1961, pp. 12–13).

As etapas de Balassa estão associadas a dois conceitos de integração económica (Sousa, 2005). O primeiro é o conceito liberal chamado também de funcionalismo,

assenta na compreensão clássica do liberalismo económico, que enfatiza a força da concorrência no mercado. Nesta noção está subjacente uma diminuição do papel de intervenção estatal.

O segundo conceito de integração económica de Balassa é o conceito intervencionista, também chamado de estruturalista ou institucional. Neste conceito é salientada a importância de intervenção estatal através de medidas administrativas e legislativas, principalmente para definição da situação de concorrência imperfeita (mudança de monopólio e oligopólio), regulação da estabilização macroeconómica, definição de políticas adequadas de receita e preço, e estabelecimento das metas sustentáveis de crescimento económico e desenvolvimento.

Esta internacionalização económica desenvolve-se e exalta-se através da economia capitalista do *laissez-faire*, na qual se reduz a intervenção de Governo no sistema económico para atingir o bem-estar económico (Heywood, 2002, pp. 43–44). Em suma é importante dizer que economicamente a globalização fornece o estabelecimento de mercado internacional que é livre, ou seja, *Free Trade Area* (FTA) como unificação de sistema internacional, que por seu lado dita, a integração economia apresentado impõe a importância de coordenação política supranacional.

Por exemplo os nascimentos das organizações económicas globais tais como: WTO, IMF foram importantes para promover e regularizar a liberalização da atividade economia mundial. É no contexto destes níveis globais que nascem os blocos regionais económicos em toda a região no mundo, são eles: *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), *Asia-Pacific Economic Cooperation* (APEC), União Europeia (UE), etc.

Por fim, é importante dizer que economicamente a globalização fornece o estabelecimento de um mercado internacional que é livre, e que funciona como mecanismo de unificação do sistema internacional. Assim a globalização tem efeitos multifacetados em várias áreas nomeadamente a nível social, ao nível da política e da segurança, áreas essenciais à Economia. Ampliou-se o nível de interdependência mundial, com o objetivo de conduzir à criação dos blocos regionais (Medeiros, 2013, pp. 1–3).

2.4. A globalização, liberalização, neoliberalização, Interdependências entre Estado Política Externa.

2.4.1. Globalização

Na atualidade a globalização está relacionada com o fenómeno da integração regional, sendo inseparável da política internacional contemporânea. Este fenómeno é multifacetado, estando em estreita interação com o avanço da tecnologia, e em interdependência com a economia e a política.

Ainda não há um consenso geral relativamente sobre o conceito de globalização (Balão, 2014, p. 227). Muitos autores discutem e explicam o conceito de globalização através de três objetivos, são eles: avaliar o seu impacto ou efeitos, descrever o fenómeno como um processo e conjugar as dimensões que o constituem, a económica, a política e a social.

O estudo da instituição suíça *Konjunkturforschungsstelle* (KOF) define o conceito da globalização através de uma abordagem pluralista e através de uma abordagem multidimensional. A abordagem pluralista foca-se na avaliação dos seus efeitos. Por sua vez, a abordagem multidimensional foca-se na descrição das três dimensões importantes da globalização são elas: a economia, a política e a dimensão social.

Segundo Ratner (2003: citado em Andrade & Lakatos, 2014) a globalização iniciou-se após a segunda guerra mundial, com o aumento do número de instituições internacionais focadas na recuperação e configuração da economia internacional. O autor afirma que a globalização transcende os fenómenos meramente económicos e deve ser entendido também na sua dimensão política, ecológica e cultural.

Para Gorendar (ibid, p:329) a globalização e a tecnologia são processos conjugados que surgiram cerca de 30 anos após o termino da segunda guerra mundial, quando a economia capitalista atingiu taxas elevadas. Neste sentido, a globalização surge como um produto de expansão do capitalismo e da sociedade de consumo numa sociedade moldada pelo fetichismo da mercadoria (Oliveira & Lessa, 2006).

Ainda no debate do fenómeno da globalização, encontram-se três visões dominantes sobre o mesmo, nomeadamente: a visão: (i) de hiperglobalização/hiperglobalista; (ii) do cético; e (iii) do transformacionalista (Balão, 2014, pp. 228–229).

Segundo a visão hiperglobalista, a globalização evoluiu em episódios, enfatizando que a mesma corresponde a um conjunto de processos em continuidade. Identifica-se

um primeiro período de pré-globalização e um segundo período de globalização contemporânea que coincide com o período de internacionalização. De acordo com os hiperglobalistas, a globalização contemporânea está fundamentalmente associada à erosão do poder e da autoridade do Estado-nação.

Os céticos argumentam que a Revolução Industrial foi uma arena propícia para a globalização (KOF, 2008). Os céticos defendem que a internacionalização e as conexões globais não são fenómenos novos. Ao colocarem os desenvolvimentos culturais, económicos, políticos, sociais e tecnológicos numa linha de tempo evolutiva, os céticos argumentam que a globalização existe há séculos e que a soma dos desenvolvimentos recentes apenas altera a escala e o alcance da globalização, mas não as características intrínsecas do fenómeno em si.

Por fim, a tese transformacionalista representa um compromisso entre os pontos de vista dos dois anteriores. Os transformacionistas argumentam que a globalização é a principal força subjacente às mudanças sociais, políticas e económicas que se caracterizam por serem rápidas e generalizadas e que estas estão atualmente reformulando e reconstituindo as sociedades modernas e a ordem mundial.

Os debates acima mencionados ajudam-nos a compreender que a globalização nasce como um fenómeno de continuidade na conjuntura política internacional, no qual continuam a identificar-se os impactos ou consequências da mesma. Por exemplo, a globalização promove o crescimento económico, e este efeito económico poderia potenciar ainda mais o crescimento económico e reduzir a pobreza (Dreher, 2017).

Conclui-se que a globalização é um processo abrangente caracterizado pela transformação da ordem internacional no mundo a vários níveis: na ordem da economia, na ordem política e na ordem social e cultural. Verifica-se também que é sustentado pelo avanço da tecnologia. Salienta-se assim que o nascimento dos blocos regionais e a de integração dos mercados, e dos Estados-nação é facilitado pela liberalização, e logo pela globalização (Andrade & Lakatos, 2014, p. 329).

Flowing Clarke *et. al* (2000) definem a globalização como um processo de criação de redes de conexão entre os atores das diversas regiões no mundo (produzindo complexas relações de interdependência mútua). Essas conexões são mediadas por uma variedade de fluxos, incluindo pessoas, informações, inovação, capitais e mercadorias. Os autores realçam que a globalização é um processo que corre as fronteiras nacionais, promovendo a integração de economias, de culturas, de tecnologias e de governança

nacionais. Em fim, a globalização produz relações complexas de interdependência mútua (KOF, 2017).

Pode, então, dizer-se que a globalização equivale a um conjunto de transformações na ordem económica, política, social, tecnológica, cultural, religiosa e educativa, e que tem ocorrido no mundo nos últimos anos (Andrade & Lakatos, 2014, p. 329).

A KOF define as três dimensões específicas da globalização, que são (i) globalização económica, caracterizada como fluxos de longa distância de bens, capital e serviços, bem como informações e percepções que acompanham as trocas de mercado; (ii) globalização política, caracterizada pela difusão das políticas governamentais; e (iii) globalização social, expressa como a disseminação de ideias, informações, imagens e pessoas (Kauder & Potrafke, 2015). Segue-se uma descrição mais detalhada de cada uma destas dimensões.

A *globalização económica*, em termos gerais, tem duas dimensões, nomeadamente os fluxos económicos reais, que são usados como indicadores de globalização, e as praxeis para restrições ao comércio e ao capital. Os fluxos económicos incluem IDE (Investimento Direto Estrangeiros), o comércio e a soma das exportações e importações de um país (todos normalizados pelo PIB). Os dados sobre o comércio são fornecidos pelo Banco Mundial, as ações de IDE fornecidas pela UNCTADstat (United Nation Conference on Trade and Development Statistic). O investimento de carteira é derivado das estatísticas financeiras internacionais do FMI (Dreher, 2017). Neste aspeto económico integram-se os blocos económicos regionais que estão sob auspícios políticos através da instituição internacional como *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), WTO, IMF.

A *globalização política* emprega-se aos estabelecimentos de instituições internacionais e de tratados entre estados no mundo. O campo político está determinado num sistema de coletividade. Por exemplo, a decisão para a segurança mundial contra o ataque e a ameaça de terrorismo hoje em dia é interesse comum de todos os países.

A *globalização social*, refere-se ao número das interações e intercâmbios que acontecem em ambiente livre. Essas interações podem ser, por exemplo, através da tecnologia. Este nível de interação pode enfraquecer o valor da soberania fronteira nacional, como é dito por Marshall McLuhan (citado em Andrew Heywood 2002): “a globalização gera o estabelecimento de uma aldeia global” (p. 125).

O índice KOF classifica a globalização social em três categorias. O primeiro cobre os contatos pessoais, o segundo inclui dados sobre os fluxos de informação e o terceiro

mede a proximidade cultural (KOF, 2008). Destaca-se ainda que a vida social se expressa não só na interação de diferenças culturais, mas também no interesse comum para o ambiente, por exemplo, as atuais preocupações com as alterações climáticas/*climate change*.

Através da descrição e discussão das dimensões e fenómenos associados à globalização, e que foram realizadas nos parágrafos anteriores, revela-se que os efeitos da globalização são imensos e multifacetados. Significa isto que o efeito da globalização conduz a transformações globais e ao estreitamento de interdependências mundiais, nomeadamente no campo político, social e económico (Medeiros, 2013, pp. 26–30).

Portanto, conclui-se que a globalização é simultaneamente um processo e um fenómeno multifacetado no sistema político internacional que determina interdependências entre estados, e, sendo por isso, considerado um sistema de unificação internacional. Com a globalização, surgem vários blocos económicos e associações de países em geral, ou de países de uma mesma área geográfica, que estabelecem relações comerciais privilegiadas entre si e atuam de forma conjunta no mercado internacional (Andrade & Lakatos, 2014, p. 329).

2.4.2. Liberalismo vs. Neoliberalismo

Liberalismo e neoliberalismo são duas abordagens que contribuem para a explicação de política internacional. O conceito política internacional de Joseph Nye (2000), refere-se para um sistema ou regime de Estado “*system state*”, que é cada vez mais caracterizado como sendo “Anárquico”. O autor realça que na política internacional não existe uma estrutura de Governo superior ao do sistema de Estado.

A teoria da Nye permite demonstrar que a política internacional é caracterizada pela cooperação entre Estados no mundo para atingir a paz mundial. Portanto a política internacional é um sistema de autoajudas dos países em garantir a paz e prosperidade internacional/mundial (ibidem, p. 3).

Quando se aborda a questão da política internacional é fundamental relacioná-las com a perspetiva de realismo e neorrealismo, assim como com a perspetiva de liberalismo e neoliberalismo. Neste enquadramento, apenas referimos de forma genérica o realismo e o neorrealismo, explorando com maior detalhe as ideias de liberalismo e neoliberalismo, que se constituem como estruturantes desta dissertação.

Na teoria do *realismo* (Heywood, 2002, pp. 128–129), a política internacional está assente na “natureza da política” em si, ou “*state of nature*” da política, que se caracteriza como anárquica. Neste domínio o objetivo do Estado é ganhar o poder em si, ou seja, cada Estado é forçado a se ajudar e dar prioridade ao seu próprio interesse nacional, que é basicamente a defesa do seu estado (pessoas) e dos seus territórios.

O *neorrealismo* tende a explicar os eventos em termos de estrutura do sistema internacional e não nos objetivos e na composição do estado dos indivíduos (ibid, p. 129). Assim, e segundo esta perspetiva, o conflito deve resolver-se através de meios de força militar através de decisão do Estado, que se constitui como o autor principal no sistema internacional.

A perspetiva *liberalista* argumenta que a transformação da política internacional é sobretudo ao nível da economia e da interdependência desta com outras, tais como política, segurança e social (Joseph S. Nye, 2000, pp. 2–7). O foco da teoria do liberalismo é um conjunto de doutrinas que objetivam garantir a liberdade individual dentro de sociedade nos campos político, económico, filosófico, moral e religioso, (Andrade & Lakatos, 2014, p. 334). O liberalismo que é relevante neste trabalho é o Liberalismo da Economia, assente fortemente no comércio. Os liberais argumentam que o comércio é importante e não é só para evitar a guerra/conflitos, mas é essencial para ajudar os Estados a definir os seus interesses de uma maneira que torne a guerra menos importante para mundo (Joseph S. Nye, 2000, pp. 41–43). O teórico liberal, em particular, exibiu uma preferência pela sociedade civil sobre o estado, com base em que a vida privada é um domínio de escolha, liberdade pessoal e responsabilidade individual (Heywood, 2002, p. 9).

O *neoliberalismo* foca-se no papel importante das instituições no sistema de economia internacional. Portanto o neoliberalismo é a prossecução do liberalismo da economia (Baldwin, 1993, pp. 2–10). O pressuposto do neoliberalismo é o papel do Estado e também das instituições económicas que é considerado determinante para garantir a sustentabilidade de economia internacional e, desta forma, para garantir a estabilidade de paz mundial. O neoliberalismo defende que a economia de mercado é incompatível com a intervenção do Estado sob a forma de planeamento total, ou de corporativismo, mas assume que é necessária uma mão forte do Estado no que diz respeito à manutenção da lei e da ordem (Andrade & Lakatos, 2014, pp. 336–337). O neoliberalismo considera ainda que além do Estado as instituições económicas

constituem-se ferramentas relevantes no regime internacional na medida em que facilitam a cooperação internacional (Conceição & Valdevino, 2016).

Pode dizer então o liberalismo e neoliberalismo enfatiza a importância do Estado-país como autor regulador e gestor no cenário internacional. Assim é inegável que as organizações internacionais são parceiros importantes de Estado para facilitar e regular o sistema económico internacional no sentido de atingir os interesses coletivos do mundo global. A interdependência entre Estado e não Estado tornou-se uma realidade inegável por interesses de política-segurança, de economia e de natureza social.

2.4.3. Interdependências entre Estados e política externa

Interdependência e política externa são conceitos relevantes no estudo do sistema da política internacional, sendo por isso considerados neste enquadramento.

Nye (2000) define a interdependência na política mundial como dependência mútua, referindo-se a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores de diferentes países. Nye explicou a dependência mútua através da distinção entre o fenómeno de interdependência e as dimensões da interdependência.

O “fenómeno” de interdependência refere-se à origem da interdependência, definindo-se como um processo natural/psicológico ou social (económica, política e percetivos) no qual ambos estão geralmente presentes no mesmo tempo. Esta distinção ajuda a deixar claro o grau de escolha em situação de dependência recíproca ou mútua (ibid: 178-180).

As dimensões de interdependência, segundo Nye, são a obtenção de fontes, os benefícios, o custo relativo e a assimetria. Na obtenção de fontes da interdependência, emprega-se o fundamento da importância da interdependência, identificam-se interesses mútuos e de competição internacional político-militar, económica e social.

Relativamente aos *benefícios* da interdependência, estes às vezes são expressos como soma zero e soma não zero. Na situação de soma zero, um dos países perde e o outro ganha nesta relação de interdependência. Numa situação de soma positiva ambos os países envolvidos ganham. Numa situação de soma negativa ambos os países perdem. Ambos os aspetos da soma zero e da soma não zero estão presentes na dependência mútua (ibid:180-182).

No que respeita ao *custo* da interdependência, destaca-se a restrição da autonomia dos países envolvidos, sendo, no entanto, impossível especificar com exatidão o custo total envolvido numa interdependência, dada a complexidade da mesma. O custo depende dos valores dos atores, bem como da natureza do relacionamento.

Portanto, e de forma global, a perspectiva de custo da interdependência concentra-se nos ganhos conjuntos ou nas perdas conjuntas para as partes envolvidas; e os benefícios enfatizam os ganhos relativos e a questão distributiva (Keohane & Nye, 1989, pp. 6–11).

A *assimetria* da interdependência identifica se estamos perante uma situação de dependência equilibrada versus desequilibrada. Numa situação de desequilíbrio as partes são interdependentes, mas há uma parte menos dependente do que a outra, então a parte com menor dependência tem poder em influenciar o valor ou o conteúdo da relação de interdependência. Neste sentido, a assimetria é o cerne da interdependência política (Joseph S. Nye, 2000, pp. 184–187). A abordagem da interdependência entre Estados no presente enquadramento justifica-se pelo facto da cooperação internacional não poder ser evitada pelos países do mundo.

Apesar de interdependência a política externa de um Estado também é importante, no âmbito da interdependência internacional. A política externa para configurar a participação de Estado na cooperação bilateral, multilateral na cena internacional, a produção de uma política externa para poder defender o interesse nacional de Estado. A política externa é o esforço de uma sociedade nacional para controlar e minimizar as situações desfavoráveis que pode ameaçar o interesse nacional (Zorgbibe, 1990, p. 433). Desta forma segundo Joseph Nye (2000) a política externa é importante para garantir a existência (poder) de Estado no sistema internacional, porque do ponto de vista de Nye o sistema internacional está caracterizado em anarquismo. Assim o Estado tem de garantir o seu poder e interesse nesse cenário internacional. Portanto a política externa é essencial no posicionamento dos Estados no sistema internacional (Freire, 2011, pp. 16–17).

Sendo assim a política externa nem sempre reflete os aspetos domésticos. A política externa deve emergir da interação entre aspetos domésticos e externos. Segundo James Rosenau (citado em Freire 2011) “a política externa implica uma relação bidirecional entre as dimensões interna e externa”.

É nesse sentido que podemos dizer a política externa é uma atividade e decisão política tomada pelo Estado que tem a sua legitimidade para estabelecer cooperação e

relação internacional desde ao nível bilateral até ao nível multilateral, para realizar os interesses nacionais apropriados. Esses interesses nacionais são: segurança político-militar, a economia e o bem-estar social de um país.

Finalmente da primeira parte deste enquadramento teórico (parte II), destaca-se a crença que a integração regional está interligada com a globalização. A globalização leva ao estreitamento do fio da interdependência de interesses (Economia, política e social) e com este ao nascimento de bloco regionais. Em sùmula, os blocos regionais, são eles próprios uma ferramenta de interdependência. A integração regional pode ser uma estratégia contra a expansão de globalização, ou um passo de caminho para estabelecer uma comunidade global. A regionalização é alcançada através da colaboração e cooperação entre Estado-país vizinhos, isto é que se situam numa área geográfica específica.

Nesta discussão foi possível compreender que a globalização provoca as alterações de fronteiras nacionais e internacionaliza os problemas tanto no domínio da economia, da política-segurança e, também, da sociedade. A expansão da globalização provoca a alteração (diminuição) de fronteiras nacionais, onde todos os fatores estão interligados (Heywood, 2002, pp. 137–139). Assim é preciso a formulação de uma estratégia política de cada país através da sua política externa, para assegurar a existência de um Estado no sistema internacional.

Neste sentido, enfatizou-se também que a política externa objetiva formular e assegurar a existência de um Estado no sistema internacional. Portanto todos os Estados, e demais instituições, estão interligados. Até os blocos regionais podem ser considerados como uma ferramenta de interdependência entre Estados no mundo.

Abordaram-se também as ideias de liberalismo. Segundo este, no sistema internacional é preciso a existência de institucionais para sincronizar e simplificar as interdependências, através de acordos ou tratados ratificados.

Parte 3

Timor-Leste e ASEAN: Perspetiva História

3.1. República Democrática de Timor-Leste (RDTL)

3.1.1. Antecedentes históricos e políticos

A história de Timor-Leste está intimamente ligada à presença portuguesa no território por mais de 450 anos – à época denominado “Timor Português” – assim como à ocupação durante 24 anos pela Indonésia, do que então foi designado por Timur-Timur/Timtim.

Embora seja ainda incerto, do ponto de vista histórico, determinar com precisão exata em que anos chegaram os portugueses à ilha, os vestígios apontam para 1515, com a expedição enviada por Afonso de Albuquerque. Inicialmente, o primeiro centro dessa presença foi Lifau, que se iria tornar na primeira capital do território.

Os portugueses conseguiram estender o seu domínio à parte oriental, mas depararam-se com resistências noutras partes. Em 1769, a capital foi transferida para Díli, como consequência desses conflitos. A decisão de abandonar Lifau deixou o terreno aberto para os holandeses conquistarem a parte ocidental. O domínio do território timorense originou disputas entre Portugal e a Holanda, chegando-se a um acordo final, em 1859, com o Tratado de Lisboa, que fixou as fronteiras entre o Timor português e o Timor holandês.

Este território voltaria a ser alvo de cobiça por parte de potências estrangeiras durante a II Guerra Mundial. Quando o conflito se iniciou, em 1939, o Governo português decretou a sua neutralidade, pois a vinculação à velha aliança com a Inglaterra não implicava a sua participação na guerra. Manter a neutralidade era a prioridade diplomática de Salazar, que acumulou a pasta dos Negócios Estrangeiros com a da Guerra e a Presidência do Conselho de Ministros durante este período. No entanto, a invasão de Portugal e de partes dos seus territórios coloniais esteve nos planos quer da Alemanha nazi quer das potências aliadas. Porém, um conjunto de eventos acabou por evitar a invasão de Portugal, que vão desde a resistência grega à invasão italiana, obrigando Hitler a envolver-se no conflito da invasão da URSS pela Alemanha, que adiou para sempre os planos alemães de ocupação de Portugal e dos Açores e Cabo Verde. Contudo, apesar de se ter conseguido manter a neutralidade portuguesa no conflito, isso não evitou a gravidade do que viria a acontecer em Timor:

temendo uma invasão japonesa, os australianos e os holandeses invadiram o território em 1941. Esta invasão indignou as autoridades portuguesas e embaraçou as britânicas, pois esta invasão colocava Londres numa situação delicada junto do seu velho aliado. Procurando manter o equilíbrio nas relações com as potências envolvidas na II Guerra Mundial, Portugal informou o Japão de que esta ocupação ocorrera sem o seu consentimento. Após negociações árduas entre Portugal e a Austrália e a Holanda, mediadas pelos ingleses, foi acordado a recuperação da soberania portuguesa; quando as tropas portuguesas se preparavam para embarcar de Moçambique para Timor, de modo a substituírem as tropas australianas e holandesas, o Japão invadiu a ilha em 1942. Portugal protestou junto das autoridades nipónicas por esta usurpação do seu território, mas não alterou a sua política de neutralidade. As tropas aliadas refugiaram-se no interior do território, onde contaram com o apoio das populações locais que se mantiveram ao lado dos aliados. Aliás, o período de ocupação japonesa é dos mais violentos da história de Timor, calculando-se que cerca de 10% da população tenha morrido em consequência dos confrontos militares.

A recuperação do domínio português em Timor tornou-se numa obsessão para Oliveira Salazar: o ditador temia as ambições da Austrália em relação ao território e pretendia garantir a recuperação da soberania portuguesa no final do conflito. Aliás, Portugal chegou mesmo a encarar a possibilidade de participação militar do país na campanha contra o Japão. Contudo, a possibilidade de Portugal participar ao lado dos aliados na guerra era encarada com reservas por parte da Austrália, e o estado-maior aliado não considerava o território como uma das prioridades nas operações militares na Ásia. Deste modo, o destino final acabou por ser resolvido nas negociações entre Portugal e os Estados Unidos para a concessão de facilidades militares na ilha de Santa Maria: como contrapartida, pela autorização portuguesa, a administração Roosevelt comprometeu-se em recuperar a soberania portuguesa do território.

O final da II Guerra Mundial simbolizou o fim do domínio europeu e a ascensão dos Estados Unidos e da União Soviética ao estatuto de superpotências mundiais. O mundo dividiu-se em dois blocos e iniciou-se um período de rivalidade entre o modelo capitalista e o comunista. Mas o término do segundo grande conflito implicou o fim dos impérios coloniais e o início dos processos de descolonização dos continentes asiático e africano – depois da descolonização do continente americano nos séculos XVIII e XIX. As reivindicações de independência da Indonésia depararam-se com a rejeição do Governo holandês; iniciou-se um conflito militar de quatro anos até 1949, quando o

Governo holandês, pressionado pelos seus aliados (nomeadamente os Estados Unidos), reconheceu a independência do país, proclamada em 1945. O Estado indonésio assumia a soberania de Timor holandês.

A ascensão da Indonésia no cenário mundial preocupava os líderes portugueses, que temiam que as novas autoridades reivindicassem o Timor português. No entanto, o Presidente indonésio Sukarno garantiu o respeito pela soberania portuguesa na ilha, tendo-o assegurado, novamente, às autoridades portuguesas, quando visitou Portugal em 1960. Portugal recusava negociar a autodeterminação dos seus territórios coloniais, mesmo quando pressionados pela comunidade internacional. Em 1961, iniciou-se a guerra colonial em Angola, tendo o conflito alastrado à Guiné-Bissau, em 1963, e Moçambique, em 1964. A intransigência portuguesa em relação às suas possessões originou a invasão de Goa, Damão e Diu pela União Indiana em Dezembro de 1961.

A revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim ao regime ditatorial que oprimia Portugal há quarenta e oito anos. Uma das principais tarefas dos novos líderes portugueses era resolver o imbróglio colonial em que o país estava envolvido, desde 1961. Após um período de indecisão, o Presidente Spínola comunicou ao país, a 27 de Julho de 1974, a aceitação do princípio de autodeterminação e da independência para as colónias portuguesas africanas. A impossibilidade de aguardar pela eleição de uma Assembleia e Governos, com legitimidades democráticas para decidir o futuro dos territórios coloniais, obrigara o Estado português a descolonizar as suas colónias durante o processo revolucionário – caso único entre os processos de descolonização. Assim, com 14 anos de atraso, Portugal reconheceu a independência da Guiné-Bissau a 11 de Setembro de 1974 e negociou as independências de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola – todos estes países alcançaram a sua independência em 1975.

O processo de Timor-Leste não se encontrava entre as prioridades da diplomacia portuguesa, nos anos turbulentos de 1974 e 1975. Porém, o respeito pelo princípio de autodeterminação incluía também Timor-Leste (Silva Fernandes, 2005, p. 4).

Portanto, de acordo com os princípios referidos, o governo português autorizou a criação de partidos políticos em Timor com vista organizar e realizar a política de descolonização. De acordo com o relatório “Chega!” (2010), os partidos políticos começaram rapidamente a surgir em Timor-Leste, criados por jovens sem experiência política, mas com uma vontade de impor fortes dinâmicas democráticas (CAVR, 2010, pp. 170–172). Assim, como refere Barbedo de Magalhães (1992, p. 20), os vários

quadrantes político-ideológicos começaram a afirmar-se em Timor-Leste: a ASDT (Associação Social Democrata de Timorese), que depois se transformou em FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), a UDT (União Democrática Timorese), a APODETI (Associação Popular Democrática Timorese), o TRABALHISTA e o KOTA (Klibur Oan Timor Aswain). A UDT tinha por objetivo uma preparação gradual para independência, mantendo-se o território sob o domínio português até estarem criadas as condições necessárias para esse efeito (criando-se uma comunidade luso-timorese); a FRETILIN defendeu a independência imediata de Timor como estado soberano; e a APODETI queria que Timor-Leste passasse a integrar a República da Indonésia; a APODETI, sob o impulso das autoridades de Indonésia, nunca terá tido um apoio superior acerca de 2 a 3% da população.

Depois da invasão indonésia, foram desenvolvidos vários esforços de timorenses e portugueses para conseguir a independência nacional de Timor-Leste. Portugal iniciou a política de descolonização em Janeiro de 1975, e a UDT e a FRETILIN, para criar estabilidade e levar por diante o processo, formaram uma coligação (Durand, 2010, p. 117). Estes esforços foram interrompidos pela agitação da propaganda em favor dos interesses ideológicos e económicos da Indonésia. Em sequência do clima instável e de desconfiança mútua, em Maio 1975, a UDT rompe unilateralmente a coligação (Barbedo de Magalhães, 1992, pp. 25–26).

Em 1975, realizaram-se eleições municipais que a FRETILIN venceu. A popularidade da FRETILIN criou o receio de uma “nova Cuba” em Timor-Leste (Novais, 2006, p. 15). No entanto, o Estado português não avançou com uma política específica de descolonização para o território timorense até Julho de 1975. Em 17 de Julho de 1975, foi publicada a Lei 7/75, que determinou o processo de descolonização para Timor-Leste: a eleição de uma Assembleia, em 1975, definiria o estatuto final do território; todavia, o mesmo documento deixava claro que a soberania portuguesa terminaria em 1978 (Gomes, 2010, p. 3).

A política de descolonização e guerra civil entre os timorenses, levada a cabo em Timor-Leste, foi vista com receio pelos países vizinhos - Austrália e Indonésia – por interesses económicos e ideológicos. O conflito da descolonização nasceu com a rutura da coligação entre FRETILIN e UDT, devido à interferência de Indonésia que gerado o UDT fez o golpe contra FRETILIN em 11 de Agosto 1975, rompendo com a estabilidade política e quebrando a operacionalidade da administração portuguesa. No seguimento desses acontecimentos, em 19 de Agosto do mesmo ano, a FRETILIN fez

um contragolpe, iniciando-se, assim uma guerra civil entre adeptos da UDT e adeptos da FRETILIN, que resultou na derrota de UDT (Barbedo de Magalhães, 1992, pp. 30–31).

Do mesmo modo, durante a guerra fratricida entre FRETILIN e UDT, já as forças indonésias TNI (Sigla do malaio: *Tentara Nasional Indonesia*) tinham entrado em Batugadé, Balibó, criando instabilidade em Timor. Conforme o relatório “Chega!” (2010), sendo que, num período de apenas três meses, devem ter morrido cerca de 3.000 timorenses (CAVR, 2010, p. 10).

Já em 1972 e 1973, o grupo de operações especiais dos serviços secretos indonésios (Bakin/OPSUS), preocupado com o avanço comunista e a retirada americana do Vietname, mostrava-se fortemente contrário a uma eventual independência de Timor e pelo avanço dos acontecimentos políticos na ilha (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 21).

Nesta sequência de eventos, e com receio dos avanços indonésios, a FRETILIN proclamou unilateralmente a independência do território como República Democrática de Timor-Leste (RDTL) no dia 28 de novembro de 1975. Francisco Xavier do Amaral, assumiu o cargo de Presidente da República e Nicolau Lobato, que viria mais tarde a ser o primeiro líder da Resistência Armada, o de Primeiro-Ministro. A proclamação tinha incluída uma advertência de que Timor-Leste não pretendia ser um país comunista (Barbedo de Magalhães, 1999, pp. 128–129).

Portanto, a invasão não acontecia por causa do problema social e político que Timor enfrentava, mas por causa dos interesses de poder das duas potências regionais, Austrália e Indonésia, que tinham o apoio dos Estado Unidos da América: “Uma anexação feita em nome da estabilidade regional e da defesa do mundo livre, num momento de pânico perante o avanço do expansionismo soviético” (Ibid, p. 117). As estratégias e apoios que a Indonésia tinha, foram, identicamente, destacados por Moisés Silva Fernandes, investigador associado sénior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa: “Pouco tempo após as autoridades portuguesas terem aprovado o projeto de descolonização para Timor-Leste, a Indonésia intensificou a sua campanha de desinformação e destabilização da colónia portuguesa, este comportamento contou com a conivência e apoio do Governo australiano e contribuiu decisivamente para pôr termo ao processo de descolonização do território, que culminou com a sua invasão” (Silva Fernandes, 2005, pp. 2–5).

3.1.2. A Ocupação de Timor pela Indonésia e a luta pela independência

A ocupação de Timor por parte da Indonésia iniciou-se com a operação militar *Operasi Seroja*⁹, em 7 de Dezembro de 1975. As forças indonésias eram compostas por dezenas de milhares de soldados, e armamento pesado, incluindo tanques de guerra (Kuntari, 2008, p. 43). A Indonésia continuou a lançar o seu ataque para dominar o território de Timor-Leste, ignorando as resoluções da ONU, provocando um número muito elevado de vítimas, incluindo atos de extrema violência (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 38).

Os Estados Unidos apoiaram a invasão da Indonésia em Timor-Leste, porque os norte-americanos acreditavam que a FRETILIN era uma organização com orientação marxista. Na altura os americanos acabavam de perder a guerra no Vietname, em Abril de 1975. Como foi sublinhado pelo professor Barbedo de Magalhães (1992), no seu livro “Timor-Leste Ocupação Indonésia e Genocídio”, “os Estados Unidos da América duplicaram o seu apoio para os militares da Indonésia, na forma de apoio em materiais de guerra, desde os aviões, transportes militares, Hércules, e outro equipamento da guerra” (p:8); o mesmo autor realçou ainda a visita do presidente Gerald Ford à Indonésia, que foi uma ação política para evitar o avanço do comunismo, declarando o seu apoio político e militar à Indonésia para lançar a invasão de Timor (Barbedo de Magalhães, 1999, pp. 118–119).

A FRETILIN foi, na época, o partido que sempre pugnou pela independência total e imediata, sem discriminação, através da sua política de educação aberta para todos os timorenses, para o povo compreender a prática do imperialismo na terra do crocodilo/*lafaek*. Pretendeu reunir todas as forças nacionalistas e anticolonialistas num objetivo comum: a libertação do povo de Timor do jugo colonialista” e a luta contra a ocupação indonésia (Fundação Mário Soares, n.d., p. 15). Uns dias após a invasão em 12 de Dezembro de 1975, a Assembleia Geral da ONU estabeleceu a resolução nº3485 (XXX), que condenou a intervenção militar das forças armadas da Indonésia em Timor e insistiu para que se retirassem do território; a votação obteve 72 votos a favor, 10 votos contra e 43 abstenções, como a dos Estados Unidos, Canadá e a maioria dos países da Europa Ocidental (Ramos, 2010, pp. 59–60); ainda em Dezembro de 1975,

⁹ É o nome em indonésio da operação militar traçada pelo Governo da Indonésia para a invasão de Timor-Lorosae em 7 de dezembro de 1975, após a proclamação unilateral da independência de Timor-Leste pelo então Presidente Francisco Xavier do Amaral.

incentivado por Portugal, o Conselho de Segurança da ONU toma por unanimidade, a resolução nº 384, de igual teor (Nações Unidas, 2000).

Outra resolução do Conselho Segurança da ONU (CSNU) reforça a resolução 3485, para que todos os Estados respeitem a integridade de Timor-Leste; e pede ao Governo de Portugal que coopere plenamente com as Nações Unidas para realizar o direito de autodeterminação (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 24).

Mas a Indonésia, ignorando a resolução da ONU, continuou a lançar o seu ataque para dominar o território de Timor-Leste, provocando um número muito elevado de vítimas, incluindo atos de extrema violência (Barbedo de Magalhães, 1992, p. 38).

O Presidente Suharto criou uma governação provisória em Díli, chamada Assembleia Popular, e, através de uma petição assinada por responsáveis da UDT e da APODETI, em condições ainda pouco claras, procurou legitimar a invasão indonésia de Timor, assim passando a concretizar a ocupação do território Timor-português, declarando-o como a 27ª província da Indonésia, com a designação *Timur-Timur* (Barbedo de Magalhães, 1999, pp. 128–129).

Em 22 de Abril de 1976, o Conselho de Segurança aprovou outra resolução com conteúdo similar ao da resolução de 1975, da Assembleia Geral, mas desta vez o Estados Unidos da América e o Japão abstiveram-se. Assim, em 1 de Dezembro de 1976 foi possível aprovar com larga maioria uma resolução que rejeitava a integração de Timor na Indonésia e considerava que o povo timorense não tinha ainda tido a oportunidade de exercer o seu direito de autodeterminação (Barbedo de Magalhães, 1992, pp. 25–26).

Desde 1975 até 1982, a ONU aprovou as resoluções que reconhecem o estado de Timor-Leste sob administração portuguesa e continua a reafirmar o seu direito de autodeterminação. Mas o mundo internacional abandonou, em grande medida, o caso timorense porque a Indonésia aproveitou com habilidade os receios de instabilidade política e social e o medo do avanço comunista na região no clima de Guerra Fria vivido naquela época, o que obrigou os timorenses a uma demorada e exigente luta pelos seus direitos, quer na vertente armada, quer na vertente diplomática.

Durante muitos anos o caso de Timor-Leste foi secundarizado na agenda e nos meios de comunicação social da comunidade internacional. No entanto, com as ações da resistência da luta para libertação nacional, na década de 1990, o caso de Timor ganhou mediatismo nos noticiários internacionais. Esta transformação teve como suportes quatro acontecimentos muito importantes: *a visita do Papa João Paulo II ao território*

em 1989 (Gomes, 2010, p. 80), o *Massacre de Santa Cruz*; a *captura de Xanana Gusmão*, e a atribuição do *Prémio Nobel da Paz 1996* ao Dr. José Ramos Horta e ao Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo (Durand, 2010, pp. 138–143).

Em 12 de outubro de 1989, aquando da visita do Papa João Paulo II, os jovens timorenses aproveitaram para manifestar gritos de desejo de liberdade, no final da missa em Tasi-tolu Díli, num dos primeiros acontecimentos a internacionalizar mediaticamente a insatisfação timorense (Barbedo de Magalhães, 1999, p. 139) (Gomes, 2010, p. 80).

O *massacre de Santa Cruz*, 12 de Novembro de 1991, tal como ficou conhecido, consistiu numa abertura de fogo contra um grupo pacífico, que teve como consequência a morte de mais de 200 pessoas. Este facto transpôs as fronteiras de Timor, tendo sido mostrado inclusivamente na CNN, criando uma onda de solidariedade e uma tomada de consciência em muitos lugares do mundo, sobretudo em Portugal. Foi um ponto de viragem na história de Timor-Leste, pela repercussão que ganhou. Apesar de os principais países ocidentais só terem invertido a sua política no final da década de 1990, ficaram sob pressão da opinião pública e das ONG defensoras dos direitos humanos (H. R. Saraiva, 2012, p. 153). Muitos estados pressionaram também a Indonésia para retirar de Timor-Leste, dando resposta às reivindicações timorenses pela sua autodeterminação (Barbedo de Magalhães, 1994, p. 1).

Em novembro de 1992, Xanana Gusmão foi capturado pelo TNI, e posteriormente julgado, tendo recebido uma sentença de prisão perpétua, a cumprir na cadeia em Cipinang. Apesar de tudo, a partir desta prisão, continuou a liderar a Resistência.

Em outubro de 1996, José Ramos Horta e o Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, receberam o Prémio Nobel da Paz, o que contribuiu ainda mais para a visibilidade internacional da causa timorense (Centeno, 2006, p. 13).

O final da década de 1990 traria novos desenvolvimentos ao contexto político timorense, particularmente com um conjunto de adversidades para a Indonésia. Desde logo, deu-se a queda do regime *Orde Baru* de Suharto da República da Indonésia. Por outro lado, a crise financeira asiática atingiu a Indonésia no final de 1997 revelando casos de corrupção do sistema e as fraquezas do regime, Jacarta e outras cidades da Indonésia foram abaladas por uma série de manifestações populares exigindo a queda de Suharto e reformas em larga escala conhecidas como a Reforma. Estudantes timorenses desempenharam um papel ativo em várias manifestações.

Em 21 de maio de 1998, Suharto renunciou ao poder, e o Vice-Presidente B. J.

Habibie assumiu a presidência (Kuntari, 2008, p. 26). Em Timor-Leste, a atmosfera da Reforma e o afrouxamento do controle militar abre o caminho para uma discussão aberta sobre o estatuto político do território. Em 1998, iniciou-se a discussão para a realização de um referendo que permitisse que o povo de Timor-Leste decidisse o seu destino (Nações Unidas, 2000). Contudo, após longa história de esforço timorense e de apoio dos portugueses, e com a intermediação da ONU, foi possível assinar-se o acordo tripartido em Nova Iorque, a 5 de Maio de 1999, entre Indonésia, Portugal e ONU para resolver a questão timorense.

Em seguida, na mesma data, ONU aprovou a resolução de CSNU 1246 para estabelecer a equipa internacional, *United Nations Missions in East Timor* (UNAMET), para facilitar e organizar a consulta popular.

O novo Presidente da Indonésia, B.J. Habibie, estabeleceu a nova visão sobre o estatuto de Timor-Leste, anunciando a consulta popular como a melhor alternativa sobre as questões de Timor-Leste. No dia 27 de janeiro de 1999, Habibie tornou público que a República da Indonésia iria resolver o problema de *Timor-Timur* por meio da opção da autodeterminação (Kuntari, 2008, pp. 27–30).

Dados o Massacre de Santa Cruz 1991, a mudança de conjuntura política internacional e consequentemente a pressão da comunidade internacional e a crise multidimensional interna de Indonésia, o Presidente Habibie apostou na política externa para melhorar a imagem internacional do país e conquistar a confiança de comunidade internacional, como sendo uma nação país respeita os valores da Democracia e os Direitos Humanos Internacionais, o que muito contribuiu para resolver o problema de Timor (António Barbedo de Magalhães, 1999, pp. 165–170).

O acordo de 5 de Maio permitiu então a realização do referendo em 30 de Agosto de 1999 (Governo de Timor-Leste, 2009), que contou com o apoio da comunidade internacional através da UNAMET (United Nations Mission in East Timor), e em que participou 98,6% da população, tendo ficado claro que a maioria dos timorenses rejeitava a integração na Indonésia; em 4 de Setembro a ONU, através do seu representante especial para Timor-Leste, Ian Martin, anunciou o resultado da consulta popular, verificando-se que 78, 5% escolhia a independência total e apenas 21,5% queriam a integração na Indonésia (CAVR, 2010, pp. 316–317).

Depois de um período bastante tumultuoso, com agressões perpetradas por soldados indonésios e milícias populares a favor da integração, do qual resultaram fugas em massa para as montanhas, muitas mortes e destruição, a Resolução 1264, de 15 de

Setembro de 1999, veio autorizar a criação de uma força internacional para Timor-Leste, designada *The International Force For East Timor* (INTERFET), com o objetivo da intervenção para normalizar as condições de segurança (Leitão, Antonio, 2016).

3.1.3. Formação de Estado Timor-Leste

O processo formação de Estado timorense contou com o apoio da ONU. A restauração da Independência, a 20 de Maio de 2002, era um passo final da luta dos timorenses para atingir o objetivo de “Libertar a Pátria” contra a ocupação do estrangeiro na soberania do Povo Maubere, o seu sonho pela independência, que teve o reconhecimento internacional com cerimónia da entrega do poder institucional pela United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET), para o líder timorense, em Tasi-Tolu, Díli. Timor-Leste apresentado como um Estado de Direito Democrático, soberano, independente e unitário baseado na vontade popular e respeito pelos direitos humanos (Governo de Timor-Leste, 2002),

Timor-Leste tornou-se no mais novo Estado no terceiro milénio de século XXI e teve de recomeçar tudo do zero, desde *state building and nation building*; teve, assim, de assentar a sua afirmação baseada em dois desafios prioritários: a construção de Estado e a reconstrução do país. A época de construção de Estado e reconstrução de país e o desenvolvimento timorense esteve sob a intervenção ONU até 2012 (Rizzi, 2010, pp. 69–70).

A ONU reconhece que Timor-Leste é um país jovem que precisa de apoio no seu estabelecimento, em termos de edificação das suas Instituições e das suas Leis. A partir de 25 de Outubro 1999, e até 20 de Maio de 2002, toda a administração em Timor-Leste era executada pela Organização das Nações Unidas através da UNTAET, liderada pelo brasileiro Sérgio Viera de Mello, com base na resolução 1272 do Conselho de Segurança, de 25 de Outubro de 1999, tendo-lhe sido atribuído o papel para a consolidação de Paz/*peace keeping*, para a consolidação da democracia e para a criação de condições jurídicas e políticas para construção do Estado-Timorense (Seabra, 2013, p. 145).

Na sequência de democratização em 2001, os timorenses participaram nas primeiras eleições para eleger a Assembleia Constituinte e o seu Governo, tendo o FRETILIN sido vencedor das eleições. A Assembleia Constituinte daí resultante elaborou a constituição nacional, que entrou em vigor em 2002. Em 14 de abril de 2002

realizaram-se as eleições presidenciais, tendo os timorenses eleito o líder da resistência, Xanana Gusmão, para Presidente da República (Cordim, 2001).

Apesar de prevista a intervenção das Nações Unidas até 2012, a ONU, através de *United Nations Mission of Support in East Timor* (UNMISSET), permaneceu em Timor-Leste 2003-2005, tendo sido antecipada a gestão operacional pelo Governo de Timor-Leste, dando aos timorenses a oportunidade de suprir, pelas suas próprias mãos, as necessidades do país.

Em Maio de 2005, a UNMISSET transformou-se na *United Nations Office in Timor-Leste* (UNOTIL), focando-se na missão política, no apoio às instituições do Estado e da polícia nacional; no apoio à formação sobre a Democracia e Direitos Humanos, com propósito no estabelecimento de uma boa governação, democrática e com respeito pelos direitos humanos (Cierco, 2015, pp. 227–229).

O papel de UNOTIL terminou em Agosto de 2006 e seguiu-se a missão da ONU com a sigla de *United Nations Missions Integrated in Timor-Leste* (UNMIT), que teve a missão de apoiar e facilitar a estabilidade das instituições do Governo, acelerar a cultura da democracia neste país jovem e facilitar o diálogo, numa ação, partilhada pelos líderes de Timor-Leste, que culminou na política da reconciliação nacional (Ibid:230-232).

O papel da ONU em Timor-Leste continuava a prolongar-se por causa da instabilidade e insegurança, como a crise política e militar em 2006. Na altura, o conflito entre a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL) e a Força Defesa de Timor-Leste (F-FDTL) na capital, Díli, resultou no confronto civil entre *Lorosa'e* (orientais) e *Loromonu* (ocidentais), causando no povo mais sofrimento, tendo as pessoas fugido para lugares por elas considerados seguros, como a Igreja, como o quartel das F-FDTL em Metinaro, Díli, ou o Hospital Nacional Guido Valadares, enquanto muitas outras fugiram para o seu distrito de origem.

Em 2009, o estado de Timor-Leste conseguiu resolver os problemas de *IDPs* e fomentar a reconciliação entre os diferentes grupos da sociedade timorense; a estabilidade nacional foi alcançada, assim como a paz e a harmonia, garantindo as condições essenciais para o desenvolvimento do país, numa ação bem-sucedida que levou ao término definitivo da missão da ONU em Timor-Leste em 2012.

Com o fim da intervenção da ONU em Timor-Leste, deu-se um passo marcante para a história dos timorenses, porque desta vez eles passaram a conduzir os seus destinos e a governar a sua própria soberania.

3.1.4. Independência Nacional de Timor-Leste

Timor-Leste, com as eleições de julho de 2017, encontra-se sob gestão do VII Governo Constitucional. O ciclo da construção de Estado RDTL tem sido inseparável do apoio da comunidade internacional, designadamente da ONU, como referido anteriormente. De 1999 a 2001, Timor-Leste esteve sob um Governo Transitório sob a égide da UNTAET, com um governador e poder vinculativo.

Em 2012, Timor entrou numa nova etapa da sua história, desta vez realizando a sua própria governação sem interferência estrangeira direta, afirmando o progresso de atingir o conceito de “*timorização*”, alcançado por timorenses, que deve ser reconhecido e respeitado por todas as nações.

Após o fim da intervenção da ONU nos processos da reconstrução do estado e reconstrução da nação, Timor-Leste alcançou progressos notáveis: primeiramente no contexto segurança nacional, entrando numa fase estável sob o controlo progressivo das instituições de defesa e segurança: F-FDTL e PNTL.

Segundo, o progresso do país na realização, em festa, da democracia, quer pela eleição presidencial, quer pela eleição legislativa, em que os timorenses revelaram vontade democrática de eleger os seus representantes para governar o país com mandato de 5 anos 2012-2017, tendo-se- iniciado a timorização com a formação de V Governo Constitucional com a Aliança Maioria Parlamentar (AMP), dirigido pelo Primeiro-Ministro, Sr. Kay Rala Xanana Gusmão.

Na dinâmica nacional de governação, após três anos, em 2015, a governação enfrentou uma remodelação na estrutura do V Governo Constitucional, com a alteração do Primeiro-Ministro, assim nascendo o VI Governo Constitucional, então presidido pelo Primeiro-Ministro Dr. Rui Maria de Araújo, militante da FRETILIN, partido na oposição parlamentar, numa lógica de abrangência do leque partidário e política de consenso nacional.

A formação do VI Governo Constitucional marcou um período de estabilidade tanto política como ao nível da segurança na histórica vida política de Timor-Leste. A transição governativa então ocorrida foi um marco importante na democracia de Timor-Leste, porque foi firmada numa lógica pragmática de servir o interesse nacional acima de qualquer outro interesse político-partidário, para dar solução aos desafios que o país apresenta.

“Este Governo reúne assim a conjugação de vontades, experiências, talentos e qualificações que irão dar forma e conteúdo aos compromissos assumidos perante o povo e perante o eleitorado que legitimou o V e legitima o VI Governo Constitucional” (Governo de Timor-Leste, 2017a,).

Mais uma vez a continuidade de paz e estabilidade são fatores importantes na garantia do progresso de construção da nação, o desenvolvimento do jovem país, precisamente de participação de todas as entidades em Timor, desde Jovens/Sociedade, *Non-Governmental Organization* (NGO's), Igreja, Partidos Políticos, Sector Privado.

O sucesso de liderança timorense em presidir a organização das Comunidade dos Países de Língua Portuguesa durante o período de 2014 a 2016, demonstrou, com orgulho, o sucesso da maturidade e vontade políticas e da capacidade timorense, que são garante da sua estabilidade.

Apesar dos progressos registados, o país jovem continua a enfrentar vários constrangimentos significativos, entre os quais se destacam o trabalho para desenvolvimento nacional e para a consolidação de um Estado de Direito Democrático.

3.1.5. O contexto estadual do desenvolvimento Timor-Leste

Esta seção descreve a vicissitude do desenvolvimento nacional do país, referimo-nos ao contexto económico, para podermos refletir claramente sobre as fraquezas e desafios das condições dos timorenses dentro deste fenómeno da integração na ASEAN. Assim, será mais fácil obter as respostas às questões de investigação levantadas neste projeto.

Administrativamente Timor-Leste está dividido em treze municípios, que são: Díli, Manatuto, Baucau, Viqueque, Lautém, Ermera, Luquiçá, Bobonaro, Manufahe, Covalima, Aileu, Ainaro e Oecusse; segundo dados estatísticos, do Censos 2015, o total da população é de 1, 183,643 habitantes (Governo Timor-Leste, 2015), mostrando os números que “Timor-Leste tem a segunda população mais reduzida do Sudeste Asiático, atrás do Brunei, a menor densidade populacional da região (78 pessoas por quilómetro quadrado) mas o segundo maior crescimento anual depois de Singapura (1,81%)”.

O país, no empenho para a “Libertação do Povo”, lema tornado nacional, continua lutando, apesar da “libertação da pátria” ter sido formalmente atingida na restauração da

independência. “Pátria Liberta e Povo Liberto” são princípios filosóficos do conceito de nacionalismo timorense, cuja Libertação Nacional tem de refletir o interesse nacional dos próprios timorenses, num país desenvolvido e com uma identidade própria. Posto isto, a luta de libertação do povo ainda exige um trabalho árduo aos timorenses.

O período da construção do Estado foi ultrapassado com muito esforço dos timorenses, contribuindo para a consolidação da soberania do Estado democrático, mas há ainda um esforço de desenvolvimento nacional que é assumido por todos os timorenses como um trabalho de casa.

Esta seção explica o ponto de partida para a condição atual do timorense, arrancando a construção de Timor-Leste, um país recente, do século 21, que tem que vingar nesta era de globalização, e tem que desenvolver todas as suas estruturas a partir de zero, após uma longa história de discriminação, conflito e desordenamento que era dominado por um regime de anarquismo e destruição.

Assim, segundo alguns, Timor-Leste categoriza-se num país do terceiro mundo. Como se refere na nova ordem da economia internacional de *Bretton Woods*, os países incluídos na categoria do terceiro mundo são os países que estão em desenvolvimento, com inferior rendimento de infraestrutura; baixo fator de industrialização; a receita de exportação está dependente de produtos primários; e a existência de um investimento reduzido. O Banco Mundial utiliza os indicadores do rendimento nacional para indicar a caracterização dos países (Castanheira, 2014, pp. 369–371).

No aludido em cima, confirma-se que o conceito de desenvolvimento está relacionado com o rendimento nacional de um país e depende das atividades da economia nacional.

Conclui-se que o desenvolvimento e a economia estão associados no processo de desenvolvimento nacional de um país, o que é visível nos indicadores da vida de um país, tais como: institucionalidade (democratização) e desenvolvimento económico, que são calculados com a base no produto interno bruto per capita.

Como foi descrito em cima, Timor-Leste está em período de reconstrução e desenvolvimento do país, o desenvolvimento nacional é uma luta nacional que ainda não está atingida, este desenvolvimento para libertar o povo, através da eliminação de pobreza, de analfabetismo, e criar a prosperidade, assim a substância do desenvolvimento nacional associa no estandarte da visão de ONU.

Portanto, desde a independência que a vida política, social e económica de Timor-Leste se focaliza em responder às necessidades do povo, diminuir a pobreza, continuar a

manter a estabilidade e paz que são uma base para construção e instituição do estado e o crescimento da economia (Governo de Timor-Leste, 2013).

O Governo Timor-Leste toma responsabilidade para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento nacional. Em 2002 o país iniciou o “Plano Nacional de Desenvolvimento” (PND), que foi elaborado na época do Governo de Transição e foi assumido pelo Primeiro (I) Governo Constitucional com a consonante implicação no orçamento geral do estado em 2002-2003.

O PND fixava o bom caminho para o desenvolvimento nacional, mas em 2006 o país enfrentou uma crise político-militar, já referida, que deixou mais uma vez fortes marcas na história do povo e da libertação. Para resolver esta crise, os responsáveis timorenses assumiram uma política de reconciliação e diálogo a fim de restabelecer a paz e estabilidade no território.

Timor-Leste continua a projetar o seu desenvolvimento em vários esforços e caminhos. Em 2010, foram estabelecidos as estratégias e o plano de desenvolvimento nacional de Timor-Leste, que estão resumidos no documento chamado “Plano Estratégico do Desenvolvimento Nacional (PED) 2011-2030” (Governo de Timor-Leste, 2013), e abrangem quatro pilares, que são: o pilar de capital social, pilar de desenvolvimento infraestruturas, pilar de desenvolvimento económico e pilar de desenvolvimento dos quadros institucionais. Portanto, cada pilar tem a sua estratégia própria para a concretização. O PED exprime a vontade e a evolução do processo de construção do estado e nação como uma estratégia de continuidade e revisão do PDN.

O PED traduz as estratégias do pilar de desenvolvimento económico, cobre a importância de capacitação e investimento em todas as áreas importantes como infraestruturas básicas, turismo, setor privado, para ajudar o retorno ao cofre do estado através de atividades de exportação de bens e móveis a nível regional e internacional.

Na realidade, em Maio de 2017, o VI Governo Constitucional lançou o mapa estratégico de ação para a implementação do PED, nomeadamente o “Roteiro Para a Implementação da Agenda Para 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em Timor-Leste”; este esquema integra-se na agenda da ONU, através de *Millennium Development Goals* (MDG) (Governo de Timor-Leste, 2017b).

No contexto da economia do país enquadra-se no plano de desenvolvimento nacional, e continua ajustando na economia mundial. O Banco Mundial (2017) identifica cinco fatores principais no progresso do desenvolvimento económico, que são:

- As eleições presidenciais e parlamentares bem dirigidas em 2017. Em ambiente de paz, estável e democrático, mas as despesas públicas diminuíram perante o bom funcionamento dos órgãos envolventes no período eleitoral.
- A economia tem crescido 5,7% em 2016, mas desacelerou para 2,4% em 2017, e estimativa de recuperação para 4,2% em 2018.
- As exportações mostraram força em 2016 e início de 2017. As exportações de café continuaram a aumentar em 20% em 2016, e as chegadas de visitantes internacionais cresceram.
- Para apoiar ainda mais o desenvolvimento do setor privado, o Governo poderia lidar com restrições para fazer negócios, como quadros financeiros básicos, execução de contratos, terras seguras, legislação de arrendamento e falência.
- A produção de petróleo está cessando, levando a um deficit fiscal. O saldo do Fundo Petrolífero diminuiu de US \$ 16,5 bilhões no final de 2014 para US \$ 15,8 bilhões no final de 2016.

Ainda no relatório do Banco Mundial, em termos de redução da pobreza e do desenvolvimento humano, é visível que Timor teve um progresso notável, tendo, apenas depois de 15 anos de independência, conseguido desenvolver-se bem, mesmo que ainda não tenha atingido as metas da prosperidade: *“Timor-Leste has made significant gains in poverty reduction and improved social outcomes. However, the nation of 1.1 million people continues to face challenge with economic stability reliant on government spending in the short-term and revenues from natural resources”*.

Em 2016, baseado no estudo de Impacto do Desenvolvimento Económico Sustentável de 2016 (SEDA, na sigla inglesa), Timor-Leste está classificado em 7º lugar. Etiópia, China e Ruanda ficaram com os três primeiros lugares, em termos de progresso e Noruega, Holanda e Finlândia os três primeiros relativamente à transformação de crescimento económico em bem-estar. Com a melhoria sustentável do bem-estar dos cidadãos timorenses, fruto nomeadamente do Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 e das políticas e Programa do VI Governo Constitucional, os resultados do SEDA de 2016 são muito encorajadores (Governo de Timor-Leste, 2016a).

Foi em 2014 que o quinto Governo, sob liderança do Primeiro-ministro Xanana Gusmão, anunciou a criação de Zona Especial de Economia Social e de Mercado Social (ZEESM), no enclave de Oecusse, cuja criação tem como objetivo principal dar um contributo determinante para atingir o bom desenvolvimento económico.

O país tem recursos naturais valiosos como o petróleo¹⁰ e o gás, somando-se alguns produtos também com grande valor, como o café e o sândalo, vivendo a maioria da população da agricultura. Na realidade, a atividade mais importante da economia nacional timorense é constituída pelos setores de agricultura e indústria petrolífera.

Devido ao perfil estatístico do país (cf. anexo nº 1), a sustentabilidade da economia está comprometida. No quadro do comércio timorense, destaca-se a dependência da indústria de petróleo e café, faltando encaixar outros setores valiosos como o turismo (ainda em fase de desenvolvimento) e a diversificação da agricultura. A dependência para os bens e móveis de importação é elevada se comparamos com a exportação. Timor-Leste continua na dependência dos produtos de importação, como bens e móveis que provém sobretudo do país vizinho Indonésia.

O Governo continua a procurar diversificar a economia nacional em razão para continuar o fortalecimento das atividades económicas nacionais para libertar o povo da pobreza, do desemprego, do analfabetismo, melhorando também a saúde e infraestruturas básicas, para permitir ao povo que viva em harmonia e sustentabilidade.

A estratégia de diversificação económica é uma estratégia definida no PED, para atingir o desenvolvimento numa estratégia de economia do mercado, através de um sistema de economia livre, assim o país tenha força para atrair a indústria privada estrangeira, ou seja, o Investimento Estrangeiro Direto/IED (*Foreign Direct Investment*/FDI). O IED pode ser um instrumento a coexistir com a estratégia do Governo para diminuir a pobreza na forma de abrir o caminho do emprego para os timorenses.

Esta estratégia de diversificação económica nacional ocorre no alinhamento da Economia liberal, abraçando os princípios de um mercado livre, em que há alta concorrência entre os sectores privado e público. A realidade da atividade económica do país está dominada pelo sector privado tanto ao nível doméstico como ao nível mundial.

No contexto político, o clima político timorense nestes últimos dez anos, enfrenta a estabilidade apesar do término da missão da ONU nos finais do ano de 2012.

Na dinâmica política nacional a realidade da natureza política timorense continua a funcionar no bom caminho, como o funcionamento de instituição da justiça, economia e segurança. (Nível bilaterais e multilaterais será explicado em parte política estrangeira timorense). O país mostra o seu cumprimento ao implementar os valores dos direitos

¹⁰ O fundo petrolífero sustenta aproximadamente 90% do OGE.

humanos, igualdade, defesa do meio ambiente, entre outros, dos tratados ratificados a nível multilateral e bilateralmente.

Salientamos que o funcionamento institucional desempenha um papel importante na consolidação do Estado democrático. Após a saída da missão da ONU de Timor-Leste a segurança tem sido assegurada pela PNTL e a defesa pela F-FDTL, tendo estas mesmas instituições demonstrado, ao longo dos últimos cinco anos, a sua capacidade e qualidade em garantir a paz e a estabilidade nacional. As eleições em Março¹¹ e Julho¹² de 2017 realizaram-se de forma pacífica, estável e democrática, provando a capacidade de Timor-Leste em aliar a política e a segurança com sucesso.

A nível Jurídico o país continua a defender a prossecução do princípio de justiça que se baseia na Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Em termos governamentais, o país demonstra a sua identidade política de reconciliação e unidade nacional. Sobretudo no seguimento da execução e tomada de decisão, desenrola-se em clima de balanço, no qual se respeita a execução de cada função de quatro órgãos de soberania do país, (Parlamento Nacional, Governo, Judicial e Presidente).

A vida social timorense, o país representa um ambiente seguro e equilibrado, não há distinção de grupos de raças, religião. Na verdade Timor-Leste identificado como país advém de várias religiões¹³, étnico e raças¹⁴.

Na verdade, a implementação de política de reduzir a pobreza está a refletir-se na vida social deste país, porque o menor número de pobreza é importante no conceito de desenvolvimento, e funcionamento de instituições privadas e públicas bem como o fortalecimento do sistema político de saúde, educação, infraestruturas básicas.

Em termos de saúde, os dados estatísticos mostram o progresso do funcionamento do sistema, devido à redução da taxa de mortalidade de crianças e mães nos últimos cinco anos. As ferramentas de infraestruturas básicas como telecomunicações, estradas, porto, aeroporto, etc., estão em progresso contínuo.

Do outro lado da história do colonialismo português e da invasão indonésia do país, Timor-Leste preserva a herança colonial da língua portuguesa, como segunda língua oficial de Timor, ao mesmo tempo que mantém a língua malaia ou indonésia como

¹¹ Eleição para a presidência da República.

¹² Eleição Parlamentar.

¹³ existem três religiões em Timor-Leste, são: maioria comunidade timorense são católicos 90% e minoria de outra comunidade de muçulmano, protestantes e outra religião são 10 %.

¹⁴ Maioria da população de origem malaio-polinésia e papua; minorias de chineses, árabes e europeus.

língua complementar de trabalho. A outra herança da presença portuguesa é os valores da religião católica, que continuam a ser afirmados na vida diária do timorense, muitas vezes integrando os seus usos e costumes tradicionais, como *Uma lulik*.

3.1.6. A política externa de Timor-Leste

A política externa de um país é um reflexo do resultado de combinação da situação política doméstica do país e dos desenvolvimentos da situação política regional e internacional.

Conforme o que aparece referido pelo Governo timorense “o objetivo da política externa é proteger e promover os interesses fundamentais do povo timorense, ao nível internacional para salvaguardar e consolidar a independência da nossa Nação” (Governo de Timor-Leste, 2013).

A política externa de Timor-Leste assenta nas condições de interesse nacional e constantemente nas condições da dinâmica externa, onde a importância da cooperação regional e internacional estão centradas: a conquista do apoio internacional, portanto o intuito objetivo da política externa timorense para obter a identidade regional e fortalecer a integridade inter-regional mencionada.

Os fundamentos da política externa timorense estão consagrados no artigo 8.º da Constituição da RDTL, que visa respeitar a luta dos povos pela autodeterminação, independência, proteção dos direitos humanos, como um estado democrático que respeita a integridade e soberania dos outros estados.

No mesmo sentido, surge definido o objetivo de estabelecer relações de amizade e cooperação com outros povos, preconizando a solução pacífica dos conflitos, o desarmamento, o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva e a criação de uma nova ordem económica internacional.

A paz e justiça internacionais são fundamentais de assegurar, conforme o mesmo artigo da Constituição, que refere ainda a importância de manter relações privilegiadas com os países de língua portuguesa e os laços especiais de amizade e cooperação com os países vizinhos e os países da região (Governo de Timor-Leste, 2013).

Como refere a intervenção do antigo Presidente Timor-Leste, Sr. Taur Matan Ruak¹⁵, no Parlamento Nacional-Díli, dia 20 de Setembro de 2016, “*As parceiras*

¹⁵ O atual Presidente Partido Libertação Popular (PLP).

multilaterais e bilaterais estabelecidas com as Nações Unidas, e os parceiros desenvolvimento foram importantes para realizar as prioridades de construção nacional de Timor-Leste” (Aparício, 2017, p. 29).

Timor-Leste desenvolveu relações externas não só com países da região Asiática, mas também fora, particularmente com os EUA. Estabeleceu também relações com organizações como a CPLP, ASPAC, EU, ARF, *Cotonou Agreement*, e ASEAN. Em termos de relações multilaterais, o país quer respeitar as normas e deveres como membro da ONU, contribuindo para a estabilidade, paz mundial. Quer contribuir também para a resolução de questões de interesse global da agenda da ONU, tal como implementação dos tratados que implicam questões de género, Direitos Humanos e mudanças climáticas.

As relações bilaterais entre Timor-Leste e os países fundadores da ASEAN já têm uma longa história, de facto que Indonésia é como um país que tem laços históricos e geográficos com Timor, hoje em dia relação entre Indonésia e Timor-Leste tornou-se sólida na região, havendo cooperação bilateral em termos de economia, política e segurança. Igualmente importante foi o estabelecimento formal de relações diplomáticas de Timor-Leste com os estados membros da ASEAN, estabelecidas desde que o país reconquistou a sua independência, como, por exemplo, com a Malásia, o Vietname, Singapura, Myanmar e Camboja.

Na conjuntura das relações internacionais, o estado assiste cada vez mais à concorrência de organizações e de grupos que escapam ao seu controlo. Tantas formas de pôr em causa a pretensão dos estado-nação em conservar o seu próprio modo de regulação interna e externa, assim colocando que o futuro do estado enfrenta desafios externos e internos, enquanto a globalização está a ligar os processos ao transnacionalíssimo, o que pode ter consequências para as fronteiras do território e recursos do país (Hermet et al, 2008). Esta realidade demonstra a importância do Estado timorense em participar nas várias organizações tanto regionais e internacionais, tal como descrito na ação e estratégia de PED no assunto política externa, para proteger e promover os interesses fundamentais do povo timorense, ao nível internacional salvaguarda e consolida a independência da RDTL.

3.2. A Origens do Projeto da Integração Regional na ASEAN

3.2.1. Antecedência da ASEAN

Atualmente conforme os dados estatísticos de 2016¹⁶, a ASEAN cobre uma área aproximadamente de 4,488,839 km² e representa uma população de cerca de 630 milhões de habitantes.

Geograficamente, a ASEAN situa-se na parte continental da Ásia, no Sudeste Asiático, mas também tem um grupo de países formados por ilhas e penínsulas que facilitam a existência nesta região de Comércio Oceânico/*Ocean Trade*, e uma cultura de relações externas, de forte contacto com estrangeiros, portanto tornando-a uma potência geoestratégica e geoeconómica, justificada na história da região, dado que os países da região não escaparam ao domínio imperial, com a exceção da Tailândia. O efeito do colonialismo convocou a ação contra o colonialismo na região, e conduziu a região Asiática numa atmosfera de instabilidade. Os países colonizadores na altura foram: Estados Unidos da América (EUA), Holanda, Espanha, Portugal, Inglaterra (Pulsipher & Mahelic, 2002, pp. 520–523).

Para além da história de colonialismo e imperialismo estrangeiro, a região também sido cenário de competição militar entre várias potências ou blocos de países, como, por exemplo, uma luta de afirmação entre os EUA (capitalista) e a União Soviética (socialista) durante a Guerra Fria (John G Taylor, 1999, pp. 54–57).

A ASEAN foi fundada numa época de conflito e de pobreza, com o intuito de estabilizar a região e criar condições para um maior desenvolvimento. Podemos referir, a título de exemplo, os conflitos existentes por causa das fronteiras entre a Indonésia e a Malásia, entre as Filipinas e a Malásia na disputa do território de Sabá, ou ainda entre grupos separatistas em Myanmar ou em Burma (Rodolfo C. Severino, 2002, pp. 12–13).

Na base da sua criação e da sua afirmação esteve o desejo de proporcionar uma estabilidade territorial, a manutenção de um ambiente de liberdade e paz, e evitar o avanço do comunismo pelos Estados do Sudeste Asiático (Buszynski, 2007).

ASEAN nasceu com o intuito de obter melhores resultados do que organizações anteriores promovidas no sudeste da Ásia, nomeadamente a *Southeast Asia Treaty Organization* (SEATO), em 1954, a *Association For Southeast Asia* (ASA), em 1961, a *Malaysia-Philippine-Indonesia* (MAPHILINDO), em 1963, e o *Asian and Pacific Council* (ASPAC), em 1966. Estas organizações “não duraram devido às tensões

¹⁶ Ver quadros nº 2, em anexo.

provocadas por conflitos ideológicos e à existência de guerra civil nalguns Estados do sudeste asiático na altura em que foram criadas” (ASEAN Secretariat, 2010).

A biografia da guerra entre países asiáticos deixou um clima de desconfiança entre os países da região, o que obrigou os líderes da região a sentarem-se à mesa das negociações para estabelecer a cooperação para garantir a paz e a prosperidade na região, e a construção da confiança mútua através de ratificação de declaração conjunta, na sigla inglês “*joint declaration*”; esta declaração acrescentou a importância da compreensão mútua e o fomento da cooperação entre os países da região com base nos vínculos de relacionamento histórico e cultural (ASEAN Secretariat, 2012).

Além das preocupações de segurança e desenvolvimento, o nascimento da ASEAN como organização e bloco regional no Sudeste Asiático teve como objetivo travar o avanço e influência comunista.

ASEAN tem evoluído sempre mantendo a Visão afirmada na declaração de Bangkok, mas procurando acolher os interesses dos estados membros, para atingir os objetivos definidos de paz, prosperidade e estabilidade (Pulsipher & Mahelic, 2002, p. 534), e na realidade transformando-se numa organização com maior eficácia para cumprir igualmente o objetivo de promover o crescimento económico regional (Oliveira & Lessa, 2006, p. 8).

3.2.2. O Nascimento da ASEAN

A ASEAN é constituída por cinco países numa região, por cinco Estados fundadores, que são as Filipinas, a Indonésia, a Malásia, Singapura e a Tailândia, com assinatura de acordo fundacional feito na cidade Capital de Tailândia, em 8 de Agosto de 1967, do qual resultou a declaração de Bangkok (na sigla inglês *Bangkok Declaration*). Os autores de Declaração de Bangkok são: 1) O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia, Adam Malik; 2) O Vice-Primeiro Ministro e Ministro da Defesa e do Desenvolvimento Nacional da Malásia, Tun Abdul Razak; 3) O Ministro dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Narciso Ramos; 4) Ministro das Relações Exteriores de Singapura, S. Rajaratnam; e 5) Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Thamat Khoman (ASEAN Secretariat, 2012).

Os objetivos estabelecidos na Declaração de Bangkok, já referidos, de algum modo, foram os seguintes: acelerar o crescimento económico, fomentar a paz e assegurar a estabilidade na região e estabelecer uma cooperação em vários domínios de interesse mútuo. O conteúdo da Declaração Bangkok define uma inter-relação entre objetivos, a

saber: “diminuir as tensões entre o grupo, reduzir a influência de atores externos e promover o desenvolvimento socioeconómico” (Mendes, 2014, p. 42).

Posteriormente, na década de 80 e 90, a composição da ASEAN alargou-se com a entrada de cinco novos membros Estados, sucessivamente: Brunei Darussalam em 1984, depois de obter a sua independência da Grã-Bretanha; após o fim de guerra fria, o Vietnã, em 1995; Myanmar e Laos PDR em 1997; e Camboja em 1999 (Oliveira & Lessa, 2006, pp. 87–88). Atualmente, a ASEAN é composta por dez países.

No decurso da existência da ASEAN, adaptando-se sempre à conjuntura de política internacional, esta comunidade tornou-se um bloco regional cada mais forte, com a sua arquitetura de integração a desempenha um papel importante para esta região na condução da paz e na promoção do desenvolvimento económico. Assim, o progresso verificado levou à existência de vontade de alargamento e de integração de outros países da região como, por exemplo, Timor-Leste, que está agora em processo de se tornar um membro da ASEAN.

Desde 1967 a Declaração de Bangkok de ASEAN não definia quaisquer condições objetivas para a adesão de um novo membro. Contudo, depois de 2007 os Estados-Membros da ASEAN adotaram o *ASEAN Charter*, que estipula critérios mínimos de adesão, nomeadamente no artigo 6, do capítulo III, alínea 1 até 4:

“ (1) O processo de candidatura e adesão será governado por um Conselho de Coordenação da ASEAN; (2). A aceitação será baseada nos seguintes critérios: a) *Localização geograficamente reconhecida na área de Sudeste Asiático.* b) *Reconhecimento por todos os países membros da ASEAN.* c) *Concordar em ficar vinculado e sujeito à Carta da ASEAN e a* d) *Capacidade e vontade de realizar as obrigações da adesão;* (3) *A admissão dos novos membros será decidida por consenso durante uma cimeira da ASEAN, por recomendação do Conselho de Coordenação e* (4) *O requerente deverá ser aceite pelos Estados-Membros da ASEAN no momento de assinatura do tratado de adesão*” (ASEAN Secretariat, 2008b, p. 9).

3.2.3. Transformação para princípios de integração mais formais

A origem da integração na ASEAN baseia-se na visão e missão instituídas a par com os seus objetivos conforme consagrado na Declaração Bangkok. Durante quatro décadas a existência de ASEAN foi bem-sucedida, tendo recentemente afirmado ma nova imagem política internacional, evoluindo de uma associação para uma organização

mais formal em função da *ASEAN Charter*, e de uma dinâmica de integração na região que é incentivada para a implementação da *ASEAN Community* (AC) em fim do 2015 (Kurus, 2007).

Após quarenta anos, a ASEAN entrou num novo paradigma de política que transformou a identidade da associação de *no rule of base* para o *character rule of base*, na forma de continuada consolidação do seu papel e estrutura, para atingir o objetivo de integração regional, assim os Estados-membros concordaram em estabelecer a Carta da ASEAN ou seja a *ASEAN Charter*: “*The ASEAN Charter serves as a firm foundation in achieving the ASEAN Community by providing legal status and institutional framework for ASEAN. It also codifies ASEAN norms, rules and values; sets clear targets for ASEAN; and presents accountability and compliance*” (ASEAN Secretariat, 2008b, pp. 1–3).

A criação da ASEAN não era baseada no *rule of base*, aliás, não tinha um regulamento jurídico ou seja uma constituição vinculativa, pois na sequência do desempenho de boa relação entre os países da ASEAN, os Chefes de Estado / Governo da ASEAN na cimeira décima terceira em Singapura, de Novembro de 2007, tiveram que ratificar e assinar a Carta da ASEAN (*ASEAN Charter*) que observe a transformação de ASEAN, que era uma “organização frouxa (*Loose Association*), numa organização que se baseia na lei (*Rules Based organization*), sujeita à lei (*Legal Personality*)”(ASEAN Secretariat, 2010).

A *ASEAN Charter* é um documento formal jurídico como o enquadramento institucional, cuja proposta de elaboração teve início em 2005 na cimeira de Kuala Lumpur Malásia. Consequentemente, a elaboração começou desde 2006 através da criação de uma equipa de especialistas (na sigla em inglês: *Eminent Person Group/EPG*), seguido por uma equipa de trabalho de alto nível (*High Level Taskforce/HLT*) com a função de negociar o conteúdo do projeto de ASEAN Charter (ASEAN Secretariat, 2012).

De tal forma, a entrada em vigor da *ASEAN charter* transformou a ASEAN numa organização regional com um papel na cooperação política num bloco regional muito forte, na acumulação de todos os fatores, conforme a condição interna de região que influenciada pela condição externa de conjuntura do mundo internacional.

De facto, o desenvolvimento progressivo da ASEAN no contexto das relações internacionais esta a avançar bem, de forma a conduzir a paz, a estabilidade, a segurança e o desenvolvimento económico dos países da região.

Repara-se ao longo da história, que a ASEAN tem vivenciado um progresso de paz, de estabilidade, de segurança e de maturidade das relações políticas sob a égide de tratados, de *Zone of Peace, Freedom and Neutrality Declaration* (ZOPFAN); o tratado de ASEAN Concord (na sigla inglês: *Bali concord I*); o tratado de *Treaty of Amity and Cooperation in Southeast Asia* (TAC); o tratado de *ASEAN Regional Forum* (ARF); e o tratado de Zona de Livre de Armas e Nuclear em Sudeste Asiático (na sigla inglês: *Southeast Asia Nuclear Weapon-free Zone/SEANWFZ*). No entanto, para promover o desenvolvimento económico e social, a ASEAN está avançando com base nos tratados *Agreement on ASEAN Preferential Trading Agreement* (PTA), *ASEAN Vision 2020*, *Hanoi Plan of Action*, *Bali concord II*, e *Bali Concord III* (ASEAN Secretariat, 2012).

O tratado ZOPFAN, adotado em Novembro 1971, é uma declaração política para alcançar a construção de resiliência nacional e regional; a declaração comprometeu os necessários esforços para assegurar e tornar a região numa Zona de Paz, Liberdade e Neutralidade, livre de qualquer interferência de potências estrangeiras, e contínua para aclarar a existência da organização no Sudeste Asiático (ASEAN Secretariat, 2010).

Manter a paz e estabilização na região é muito importante para dar sustentabilidade ao desenvolvimento económico da região, porque a harmonia e estabilidade são requisitos importantes para prosperidade económica, como dizendo a paz é um requisito imprescindível, “*Conditio sine qua non*” para garantir a prosperidade (ASEAN Secretariat, 2015).

O acordo *ASEAN Concord I/Bali Concord I*, assinado na primeira cimeira de ASEAN em Bali Indonésia, em 1976, produziu o instrumento para estabelecimento de secretariado ASEAN (*Agreement on the Establishment of the ASEAN Secretariat*), e o tratado de TAC como um mecanismo para assegurar a segurança regional.

Bali Concord I foi um acordo assinado com o intuito de compartilhar a importância de responsabilidade pelo fortalecimento da estabilidade económica e social na região e pelo seu desenvolvimento nacional pacífico e progressivo, assumindo que estão determinados a garantir sua estabilidade e segurança contra interferências externas sob qualquer forma para preservar o interesse nacional de cada Estado-membros da ASEAN.

Portanto, o TAC é um instrumento jurídico de resolução de conflito na ASEAN que considera a declaração política de ZOPFAN, ao mesmo tempo expõe os princípios de não interferência nos assuntos internos dos países membros. os fundamentos, incluindo

um plano para lidar as relações entre os membros (Rodolfo C. Severino, 2002, pp. 54–57).

SEANFWZ, é um componente de ZOPFAN para garantir a segurança em região de modo especial evitar a ameaça de nuclear à região, também pode dizer, este tratado se manifesta a ASEAN como uma Associação de não alinhado (ASEAN Secretariat, 2010).

Enquanto para garantir a segurança de região, não só restrito ao Sudeste Asiático, mas incluindo a Ásia-pacífico através do estabelecimento do Acordo do Fórum Regional de ASEAN (Oliveira, 2002) em inglês *ASEAN Regional Forum* (ARF). A ARF concordada em Singapura de 1993 e continuamente entrou em oficialização no ano seguinte era 1994, com o carácter de intergovernamental porque incluindo os países de ASEAN e países de região Ásia-pacífico.

O Objetivo de ARF é aumentar o diálogo construtivo e consulta sobre questões políticas e de segurança de interesse comum; e para gerar a contribuição significativa para os esforços no sentido de aumentar a confiança (*confidence building*) e a diplomacia preventiva (*preventive diplomacy*) entre Estados-membros (ASEAN Secretariat, 2010).

A ARF tem atualmente 28 países membros permanentes. A criação do Fórum Regional da ASEAN marca um momento histórico para a região da Ásia-Pacífico dado que o ARF é o primeiro e único fórum de diálogo e a cooperação da política e de segurança na região tanto para ASEAN e incluindo os países de não-ASEAN (Rodolfo C. Severino, 2002, p. 54).

Portanto na dimensão económica os países-ASEAN em Manila, dia 24 de Fevereiro de 1977, concordaram assinar, o Acordo Preferencial de Comercio/PTA, é o instrumento que prevê a atividade económica da ASEAN, sobre a liberalização do comércio numa base de preferência, logo a seguir gerar-se o tratado de *Common Effective Preferential Tariffs* (CEPT), este tratado é o esquema para implementação de integração economia no modo de liberalização, designadamente *Schema for the ASEAN Free Trade Area* (AFTA), a AFTA era assinado pelos Estados-Membros, em Singapura, dia 28 de Janeiro de 1992 (Ibid, p. 83).

Em consequência, os períodos históricos da evolução de ASEAN, considerado por alguns autores em três fases grandeza: Primeiro correspondeu ao processo de manutenção da paz na segurança regional, bem como a estratégia de travar o avanço de comunista e, a diminuição dos conflitos e harmonização de estabilidade região. Em

segundo já no ano 1980, é concerne-se á um período em que o Sudeste Asiático inseriu no processo de desenvolvimento tanto o Japão era e quanto conhecido como os tigres Asiático. A terceira fase, já no pós-guerra frio, representou a harmonização direcionamento de seu objetivo e lança o meto de AFTA e o ARF (Oliveira & Lessa, 2006, p. 92).

Contudo seguidamente, em 2015 a ASEAN entrou num novo paradigma, que podemos classificada como o quarto período, pelo qual esta fase referir-se ao fenómeno de transformação integrativo da organização, e consolidação de estrutura para fortalecer o seu objetivo, através da ratificação e implementação de *ASEAN Charter*.

3.2.4.A origem e o carácter de evolução da integração Regional de ASEAN

O regionalismo é essencial para atingir um processo de *asianização*, refere-se onde não há condição de suspeita entre os estados membros, e intervenção externa na região, assim todos os países podem levar o espírito coletivo para interesse mútuo entre todos, através do estabelecimento de uma estrutura regional para discutir as questões de paz e segurança (Oliveira, 2006, p. 96). As características e os indicadores do estabelecimento de uma integração regional na ASEAN gradual e continuamente alargadas para atingir uma integração total.

Devido à característica e ao fenómeno da integração regional repara-se que o fenómeno da integração na ASEAN é diferente com o que acontece na Europa. Relata um processo de regionalismo, baseado na sua história de um interesse comum dos Estados-Membros, por segurança coletiva na região.

O regionalismo na ASEAN evolui desde a tipologia da teoria de neo-funcionalismo. Devido a integração para além de estabelecimento de paz é sim para unificação de interesses coletivos através de uma estrutura supranacional que complementado com os tratados onde a decisão política, económica e social são interligados e fortalecer interdependências mútuas entre os Estados-Membros.

A integração na ASEAN acresce-se com o conceito de visão ASEAN 2020 (*ASEAN vision 2020*). Esta visão marca o alargamento da integração que não é concentrada à política-segurança como era, mas incluindo o sector económico e social.

Portanto a integração da ASEAN começava-se com o interesse de segurança *Bali Concord I* 1976, e alarga-se para promover a integração regional, através da visão ASEAN 2020. Essa visão continua a reafirmar com a ratificação de *Bali Concord II* 2003, e *Bali/ASEAN Concord III* 2011 (ASEAN Secretariat, 2012).

A visão da ASEAN 2020, adotada pelos Estados-Membros em 1997, é uma visão dos Estados-Membros da ASEAN para estabelecer uma integração total (ASEAN, 2015), (na sigla English “*on a shared vision of ASEAN as a concert of Southeast Asian Nations, outward looking, living in peace, stability and prosperity, bounded together in partnership in dynamic development and in a community of caring societies*”). A visão referida para atingir o objetivo final de uma integração na ASEAN de modo que a ASEAN fosse integrar totalmente na dinâmica, cobrando os setores importantes como: política, economia e social os quais serão implementados em 2020.

Entretanto em 1998, a ASEAN segue o conceito e um plano de ação para implementação de visão ASEAN 2020, deste modo os Estados-Membros da ASEAN ratificaram o *Hanoi Plan of Action* (HPA). O HPA é a estratégia da ASEAN como definição dos mapas de integração, ou seja, “*To implement the long-term vision, action plans are being drawn up to realize this vision. The Hanoi plan of action is the first in a series plan of action building up to the realization the goals of the ASEAN vision 2020*” (ASEAN Secretariat, 1997).

O compromisso do projeto da integração regional é reafirmando em Bali 2003, com a ratificação da ASEAN Concord II, com o seu lema de *One Vision, One Identity, One Community*. Esta visão para estabelecer a integração regional no sentido de regionalismo para poder entrar na competição global (Rodolfo C. Severino, 2002, pp. 40–43).

A *ASEAN concord II* é o paço de estabilizar a concordância e o seguimento em continuidade para implementação de visão ASEAN 2020, através de produção do conceito da *ASEAN Community/AC* ou Comunidade ASEAN, portanto essa comunidade assenta-se em três pilares, a saber: Pilar da Economia; Pilar da Política-Segurança e Pilar Sociocultural (ASEAN Secretariat, 2012).

Em virtude da descrição sobre a evolução referida, exprime que o pensamento dos founding father’s ASEAN, expondo que a integração como instrumento para responder ou diminuir a vulnerabilidade de instabilidade, e participar bem na competição de globalização económica, assim capaz de tornar a prosperidade de economia regional, tal como afirma o embaixador, Rodolfo C. Severino Jr¹⁷ (2002), a ASEAN responde-o a crise financeira no período 1997-1998 na estratégia de aceleração de AFTA, os Estados-Membros da ASEAN lidando com a condição de economia global na estratégia de manter o seu curso (pp. 84–85).

¹⁷ Rodolfo C. Severino Jr. é eis secretário geral ASEAN período 1998-2002, de Filipina.

Ainda no discurso da integração regional, a implementação de Comunidade ASEAN, executando gradualmente através de três tipologia do seu pilar de integração que são: primeira é a integração Económica nomeadamente chamando a Comunidade Económica da ASEAN/CEA, (Inglês: *ASEAN Economic Community/AEC*), segundo a integração Política refere-se para a Comunidade Política-Segurança da ASEAN/CPSA, (Inglês: *ASEAN Political-security Community/APSC*), e por terceiro a integração social, Comunidade Social da ASEAN/CSA (ASEAN Socio-cultural Community/ASCC).

Os três tipos da integração são interrelacionados e complementares para atingir a integração na ASEAN, assim a ASEAN em 2004 aprovou o plano de ação para a implementação dos três pilares mencionados, este acordo é *Vientiane Action Programme/VAP* 2004, VAP é o instrumento de ação que definiu os planos, as metas para concretização de implementação da Comunidade ASEAN (ASEAN Secretariat, 2010).

Portanto o seu *blue print* formulou em 2006, definindo as metas e plano de implementação da comunidade ASEAN, conseqüentemente em 2007 a cimeira de duodécimo ASEAN, acelerou-se a implementação de visão da Comunidade ASEAN 2020 para 2015, com base na ASEAN Concord II e assinatura de *Cebu Declaration on the Establishment of an ASEAN Community by 2015*, e definiu o pilar de comunidade económica ASEAN como o princípio e objetivo de integração total (ASEAN Secretariat, 2008).

Por tudo isto, em 2011, a ASEAN continua a melhorar a cooperação sólida entre os Estados na região Ásia-Pacífico e a importância da interação e participação na comunidade internacional, de modo a contribuir para a paz e estabilidade do mundo global, assim nos países membros adotaram o *ASEAN Concord III*.

A *ASEAN Concord III* é uma manifestação da ASEAN a contribuir-se para o alcance global de forma mais coordenada, coesa e coerente, reflete também o empenho da ASEAN em assumir um papel cada vez mais importante na resolução dos desafios globais, reforçando a colaboração para adotar uma posição comum sobre questões de interesse mútuo nos fóruns regionais e internacionais (ASEAN Secretariat, 2012).

Assim, a integração é uma medida para fortalecer a competitividade dos países da ASEAN no mundo, especialmente no mercado global, o regionalismo na ASEAN deve ser estabelecido porque os países da ASEAN deverão unir-se com o quadro regional para reforçar a solidariedade e promover os interesses comuns de todos os Estados-ASEAN (Rodolfo C. Severino, 2002, pp. 41–43).

Por conseguinte a relação internacional na Ásia atualmente existe e desenvolve uma boa relação de cooperação entre Estados membros e Estados não membro da ASEAN, assim para bem reafirmar é capaz de manter a sua existência durável, como uma boa organização regional que existe no Sudeste Asiático (Kurus, 2007).

No final desta parte, sobre o fenómeno da integração regional da ASEAN, aplica-se a importância do papel da organização ou instituição internacional para atingir os objetivos acumulados. Exemplo o *International Monetary Fund* (IMF) WTO e etc. que são parceiros importantes para garantir a existência e interdependências de ASEAN com outros países ou blocos fora de região Asiático. Os três pilares da Comunidade ASEAN são passos importantes no conceito de integração total de ASEAN. Assim terminamos esta parte com a apresentação ou descrição sobre os três pilares da comunidade ASEAN mencionados.

a. Comunidade Económica da ASEAN (CEA)

A Comunidade económica da ASEAN é um esforço dos líderes da ASEAN para permanecerem mantendo a ASEAN como uma região altamente competitiva para atingir a dinâmica de desenvolvimento mais elevado e integrada; redução da pobreza e crescimento económico, de modo a alcançar a prosperidade sustentável e equitativa.

As características da comunidade económica da ASEAN são, *single market and production base; Highly competitive region; Region of equitable economic development; and integration to the global economy* (ASEAN Secretariat, 2012). A CEA é o objetivo final de integração que relacionadas ou incluindo os dois outros pilares, ao mesmo tempo a sua implementação complementada com os seus fatores de integração, assim as características de integração económica da ASEAN são: mercado único e com base de produção; a região económica que é altamente competitiva; a região com o desenvolvimento económico equitativo; e a região totalmente integrada com a economia global.

A integração económica da ASEAN iniciou-se desde 1992 através do instrumento de AFTA, em 1995 a AFTA entrou em vigor. A AFTA é uma forma de concordância dos países da ASEAN para estabelecer uma zona de comércio livre, e melhorar a competitividade económica na região da ASEAN em torná-la como uma base de produção do mundo que será alcançada dentro de 15 anos, de 1993 a 2008 (ASEAN Secretariat, n.d.).

O processo de implementação de AFTA acelerou para 2002, seguido pela assinatura do Esquema CEPT como um instrumento para AFTA, dando a forma de implementação AFTA através de: redução de tarifas impostas até 0-5%, eliminação e restrições quantitativas e barreiras não-tarifárias (ASEAN Secretariat, 2008).

Presentemente, a ASEAN é como um bloco regional e o seu fenómeno de integração regional caracterizada no ponto da vista de Nye é multidimensional (Kegley et al., 2007), no qual a ASEAN está afetando na consequência de interdependência em variáveis setores que se interligam.

Hoje em dia a ASEAN é como um bloco para além de política e segurança. Os países da ASEAN tentam maximizar os seus objetivos económicos em vários esforços, portanto a ASEAN tenta integrar a sua economia através da AEC, ou seja, CEA.

b. Comunidade Política-segurança de ASEAN (CPSA)

CPSA é um dos pilares da Comunidade da ASEAN, a sua evolução continua a fortificar a ASEAN que é livre em paz e fortalecimento económico, portanto a arquitetura de política-segurança regional tem a sua característica de abertura e assente em princípios de segurança abrangente (*ASEAN Way*) e não se pretende estabelecer um pacto aliança militar nem a política externa comum.

Este pilar foi construído para fortalecer a cooperação no campo da política e da segurança com o objetivo de manter a paz e a estabilidade de segurança e promover o valor dos direitos humanos e da democratização na região da ASEAN (ASEAN Secretariat, 2015).

CPSA is to build on what has been constructed over the years in the field of political and security cooperation, the ASEAN Leaders have agreed to establish the ASEAN Political-Security Community (APSC). The APSC shall aim to ensure that countries in the region live at peace with one another and with the world in a just, democratic and harmonious environment (ASEAN Secretariat, 2008a).

A nível internacional a ASEAN continua a criar a paz e estabilidade como referido na ONU, e continua a estabelecer cooperação privilegiada com EUA na manutenção de paz. Sobretudo ao nível regional a ASEAN pretende estabelecer uma boa cooperação com os países na região que não fazem parte da ASEAN através de: *dialogue partnership* de ASEAN+1, ASEAN+3 (United Nations, 2010).

Portanto a integração política e segurança na ASEAN desenvolvendo em base de ASEAN Concord I, produz os instrumentos políticos dos tratados de CPSA, como:

ZOPFAN, ARF, TAC, Zona Franca de Armas e Nuclear em Sudeste Asiático/ZFANSA (sigla inglês: *Treaty on Southeast Asia Nuclear Weapon-Free Zone/SEANWFZ*) são instrumentos de segurança para obedecer aos princípios da carta da ONU e princípios internacionais relacionados (ASEAN Secretariat, 2010).

“Os instrumentos acima referidos são para desempenhar um papel fundamental nas medidas de fortalecimento da confiança, na diplomacia preventiva e nas abordagens pacíficas para a resolução de conflitos, ao mesmo tempo procura resolver problemas de segurança não tradicionais” (ASEAN Secretariat, 2008). Os principais quadros de CPSA são: *Political Development, Shaping and Sharing of Norms, Conflict Prevention, Conflict Resolution, Post- Conflict Peace Building, and Implementing Mechanism*.

Portanto de ponto de vista de segurança, a ASEAN desempenha um papel importante em garantir a estabilidade desde nível regional até internacional. Assim o seu processo de transformação para uma regional integrada pode ser reconhecido como um passo que não deve ser duvidado.

c. Comunidade Sociocultural da ASEAN (CSCA)

O terceiro pilar é social e cultural/*ASEAN Socio-Cultural Community (ASCC)*, tem como objetivo acelerar o processo de integração da ASEAN, a fim de apoiar os esforços para alcançar a paz na região, aumentar o bem-estar e fortalecer a fraternidade entre os povos da ASEAN, orientada para “people-centered-approach”, abraçando em cooperação multisectorial (ASEAN Secretariat, 2012).

O pilar sócio-cultural está interligado e é complementar aos pilares de economia e política (ASEAN Secretariat, 2010,). *ASCC, aims to contribute to realizing an ASEAN community that people-oriented and socially responsible with a view to achieving enduring solidarity and unity among the peoples and Member State of ASEAN. It seeks to forge a common identity and build a caring and sharing society which is inclusive and where the well-being. Livelihood and welfare of people are enhanced.*

O ponto partido de CSCA é fortalecer a implementação da integração da comunidade ASEAN através da criação de comunidade social, em inglês: *a caring and sharing community*), linha de CSCA em foco a trabalhar em cooperação de proteção da juventude e da criança, emprego, informação, ciência e tecnologia, educação, cultura, ambiente, alívio de desastres naturais, saúde, desenvolvimento social, alívio da pobreza e fundação da ASEAN (ASEAN Secretariat, 2012).

Este pilar dá o seu contributo para unificação, ou seja, sincronização da visão de todos os países-ASEAN que sabem da existência de diferenças entre eles, e essas diferenças são: diferente de vida económica, como o desenvolvimento de economia doméstica, outra diferença é o sistema política que influenciado pela história de cada país-ASEAN.

Parte 4

A Avaliação das Condições de Timor-Leste no Processo de Integração à ASEAN

4.1. O Pedido de adesão de Timor-Leste à ASEAN

O processo de integração de Timor-Leste à ASEAN resulta do esforço de consolidação democrática ao nível interno e de afirmação internacional do novo país. O processo de integração naquela organização tem uma base de natureza ‘jurídica’ e ‘política’. No primeiro caso, há um suporte na própria Constituição nacional, apoiando a integração do país nos organismos regionais. Do ponto de vista político, há também uma relação com o espírito dos fundadores do país e das diretivas do Governo timorense. Destaque-se o Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030 (PED), fortemente impulsionador desta adesão (Entrevista)¹⁸.

Antes da oficialização do pedido de adesão, Timor-Leste beneficiou da participação noutras iniciativas que contribuíram para uma aproximação progressiva à ASEAN. Em 2005, por exemplo, o país tornou-se membro permanente no ARF; em 2007 Timor-Leste ratificou o TAC da ASEAN e, em 2008, obteve o estatuto de observador¹⁹ naquela organização. O processo ainda está a decorrer, envolvendo discussões entre os dez Estados-Membros da organização (ASEAN Secretariat, 2012). O Governo de Timor-Leste continua a encetar esforços para satisfazer os requisitos de adesão, pretendendo tornar-se o décimo primeiro membro permanente da ASEAN.

Os compromissos e objetivos de integração a serem alcançados estão divididos pelos seguintes passos:

a). Timor-Leste continua a ter as suas embaixadas em todos os países membros da ASEAN. Este facto oferece uma imagem positiva junto dos países membros-ASEAN. Em sentido oposto, a existência de embaixadas nos países-membros da ASEAN em Díli também dão um sinal positivo e de condições para os avanços diplomáticos.

b). A participação em encontros regionais do tipo *participate with influence*. Inclui-se a integração nas atividades regionais da ARF, de forma a conquistar o apoio de

¹⁸ Entrevista ao vice-ministro de MNEC-Timor-Leste, Sr. Roberto Sarmiento de Oliveira Soares, no dia 28 de agosto de 2016, (14h-15h30), em Díli, Timor-Leste, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação.

¹⁹ O estatuto para Timor-Leste, começando a participar em atividades realizado pelo ASEAN, por exemplo *Sea Games ASEAN*, e participação do país nos fóruns de Comunidade Socias de ASEAN (CSA).

ASEAN, e assim contribuir para a discussão de temas de interesse regional (entrevista)²⁰.

Este envolvimento em organismos regionais proporciona um capital político e boa imagem para que os membros da ASEAN possam apoiar o pedido de integração na organização (Entrevista). No passado, por exemplo, Singapura recusou-se a aceitar o pedido de adesão de Timor-Leste. No entanto, posteriormente, após vários esforços diplomáticos desenvolvidos por Díli, Singapura muda a posição e oferece o apoio à integração timorense (Kammen, 2013).

4.2. Os requisitos de adesão

A entrada de novos membros no quadro multilateral da ASEAN está sujeita a requisitos, os quais o Governo de Timor-Leste se comprometeu a cumprir. Segundo o Vice-Ministro de MNEC-Timor-Leste:

“a união de timorense na família de ASEAN é apenas o tempo, para o Vice-Ministro, Timor-Leste esta preencher os requisitos estipulados, porque geograficamente Timor-Leste está localizado na região de Sudeste Asiático, o país esta pronto a cumprir e obedecer o ASEAN charter, portanto a decisão de admissão vai decidir por consenso na cimeira de ASEAN” que em patrocinado por o conselho da *ASEAN Coordinating Council Working Group (ACCWG)*” (ASEAN, 2011)²¹.

O ACCWG, foi criado em 2012 com intuito de acompanhar e avaliar a evolução e a preparação de Timor-Leste no processo de integração na organização. Ao mesmo tempo, avalia as implicações no país resultantes do mesmo processo, através da análise dos domínios económicos, políticos, de -segurança e socioculturais (The Habibie Center, 2016).

Entre os requisitos fundamentais da ASEAN, não ficam definidas as características adequadas do sistema de Governo, a orientação da ideologia política e o nível de desenvolvimento económico do Estado requerente (neste caso é Timor-Leste). Ainda assim, devem ser sublinhados dois critérios mínimos importantes. A “vontade e

²⁰ Aplicação de Entrevista em semiestruturadas, baseada na elaboração de um guia de questionário/pergunta de semiestruturada, (O questionário será anexado/ver no quadro nº 3 em anexos). Esta entrevista faz parte na técnica de recolha de dados, em metodologia qualitativa (Neves & Guerra, 2015, pp. 72–73), que usamos/aplicamos nesta dissertação.

²¹ ACCWG é a comissão estabelecido pelo ASEAN para monitorizar e ajudar o processo adesão de timorense, na forma de dar as possíveis recomendações durante o tempo preparação.

capacidade” do país requerente em integrar a organização e a “decisão coletiva da ASEAN para a admissão” na aceitação de um novo membro, o qual está sujeitam a um voto por unanimidade.

No que se refere à vontade e capacidade do Estado requerente, salienta-se a existência de condições internas mínimas ao nível da política e de segurança, económicas e sociais. As três dimensões estão agregadas numa estratégia geral de preparação ditada pelo Governo timorense.

A ASEAN dita as regras processuais relativamente aos consensos, uma vez que a decisão de admissão é deliberadamente adiantada por esta organização. O caso timorense pode funcionar como um *test case* para os países-membros. Permite medir e consolidar a sua força e a sua identidade na região, como uma organização promotora da segurança, estabilidade, paz, desenvolvimento económico regional e global.

A vinculação à *ASEAN charter* era feita inicialmente sem requisitos de entrada, tal como aconteceu com os cinco países iniciais, tal como aconteceu também posteriormente com a entrada do Vietname e do Camboja em 1990. A estratégia inicial passava por conter o avanço do comunismo no Sudeste Asiático.

O caso de Timor já é diferente, tendo em conta uma formalização processual mais exigente, que corresponde a uma alteração do *modus operandi* da própria instituição.

Contudo, no final de 2015, a ACCWG concluiu um relatório sobre a avaliação da preparação de Timor nos domínios políticos, segurança, económico, sociocultural, de forma poder juntar-se à ASEAN. Portanto, neste momento, a ASEAN/ACCWG está a identificar as suas potencialidades neste processo. Este relatório ainda não foi publicado.

4.3. O Processo de Preparação de Timor-Leste

A importância da preparação tem de corresponder aos critérios especificados. O Estado timorense está confiante de que está pronto a integrar e contribuir positivamente para a ASEAN.

Paralelamente, em 2012 o V Governo Constitucional de Timor-Leste estabeleceu o escritório de secretariado da ASEAN que faz parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste (MNEC), em Díli, para lidar com o processo de adesão. É liderado pelo Secretário de Estado para os Assuntos da ASEAN, Sr. Roberto Sarmiento de Oliveira Soares. Contudo em 2015 este escritório é retirado e incorporado no

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que permanece sob liderança do Sr. Roberto Sarmiento, o qual ter servido como vice-ministro MNEC.

O MNEC exerce a sua responsabilidade para lidar o processo de adesão, baseada na competência da lei orgânica do V Governo Constitucional para “*Planear e executar a preparação para a adesão de Timor-Leste à Organização das Nações Sudeste Asiático (ASEAN) e assegurar a representação do país na respetivas reuniões e atividades*”.

Ainda na lei orgânica, define também o Secretário de Estado Assunto ASEAN/SEAA com a sua direção para o assunto da ASEAN, para promover, dinamizar, acompanhar, e implementar a política preparação de adesão.

A preparação está a decorrer com o apoio de países membros ASEAN, através de uma equipa técnica da organização, a qual facilita e identifica as recomendações impostas para o processo de adesão. Portanto, há duas estratégias governamentais na preparação deste processo: a primeira, o cumprimento dos requisitos de adesão; a segunda, os ajustamentos baseados na condição interna da ASEAN, com o apoio organizacional, relativamente à implementação do projeto de integração regional.

O GSEAA-MNEC realizou diversas ações de preparação para reforçar esta etapa de integração. A elaboração deste programa foi baseada no relatório de atividade relacionado com o processo de preparação elaborado pela GSEAA-MNEC²², tal como foi referido pelo Vice-Ministro do MNEC, Roberto Sarmiento de Oliveira:

a) A preparação está baseada nos requisitos da ASEAN Charter.

Em primeiro lugar, a geografia de Timor-Leste: está localizado no continente asiático, concretamente situa-se entre o Sudeste e o Pacífico. Um fator importante para poder reafirmar a sua identidade regional (Entrevista). Timor-Leste queria executar a visão política externa de *nonalignment* com base na filosofia de ‘zero inimigos e muito amigos’. Neste momento Timor-Leste está com estatuto de observador na PIF e na ASEAN, de forma a fortalecer as relações internacionais através das organizações e Estados da região.

Em segundo lugar a vontade do Governo, Timor-Leste assume o compromisso de exercer o dever como Estado-membro e adotar os tratados estipulados na ASEAN. Está inerente uma vontade de manter uma política de salvaguarda e de salvaguarda e consolidação da soberania e independência nacional do Estado democrático.

²² Nomeadamente Relatório de Atividade Segundo Ano do V Governo Constitucional de Agosto 2013-Agosto 2014, pelo Secretario de Estado Assunto ASEAN-Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste (SEAA-MNEC): *Hodi Haklaken, Hadiak no Hametin* (SEAA-MNEC, 2014).

Em terceiro lugar, qualidade da diplomacia timorense em poder ganhar o apoio de confiança de Estados-membros da ASEAN sobre o compromisso do Governo timorense. Desta forma, o país continua a maximizar a criação de laços de cooperação bilateral e a instalação de embaixadas em todos os países da ASEAN.

Portanto, administrativamente, o Estado-timorense atingiu os requisitos citados, de tal forma que, em 4 de março de 2011, o líder timorense oficializou o seu pedido de adesão.

O Estado-timorense surge determinado na preparação ao processo de adesão, cumprindo os requisitos legais, assumindo relativa maturidade política, a qual está a evoluir de forma satisfatória. Neste processo, insere-se a relação com a conjuntura política regional e internacional, assumindo a vontade do país poder contribuir para a paz, estabilidade e sustentabilidade nacional ate internacional.

b) A preparação baseada na condição de ASEAN.

A ASEAN, como já foi referido, está a avaliar o processo de preparação de Timor-Leste na organização. A ASEAN prepara dois mecanismos para avaliar a preparação do país neste processo, particularmente as condições políticas, políticas, de segurança, económicas e socioculturais.

Os mecanismos são os seguintes: preparação a nível ministerial e a nível técnico/grupo de trabalho, os mecanismos são apresentados pela ASEAN a Timor-Leste para melhorar a sua preparação que se baseia para condição na Comunidade de ASEAN (Entrevista).

A condição, tal como foi supramencionado, requer a criação de uma Comunidade de ASEAN, portanto Timor-Leste está consciente da importância do ajustamento com os seus três pilares fundamentais.

Por outro lado, Timor-Leste, no enquadramento da preparação, faz coincidir o papel do MNEC-SEAA de forma a verificar o plano de preparação e implementação das atividades.

Atualmente, a SEAA-MNEC procura exercer a função de execução da política externa de Timor-Leste, imposta pela lei orgânica, incluindo a introdução de divisões de serviços. No entanto, no presente a SEAA-MNEC, existem três direções com as suas diferentes competências, embora funcionando com um único objetivo (SEAA-MNEC, 2014).

No seu conjunto, as direções são denominadas de Direção Geral dos Assuntos da ASEAN, com três componentes diferenciadas: Direção Nacional dos Assuntos de

Política e Segurança; Direção Nacional de Assuntos Económicos e por último a Direção Nacional Assunto Socioculturais.

As três direções têm como objetivo preparar e avaliar as condições internas de de Timor-Leste no processo de integração, mantendo uma relação com os Estados-membros da organização. Inclui-se as dimensões e os fatores de integração no regime de CA, de forma a poder facilitar o esforço de preparação e verificar a coerência do mesmo.

De facto, o processo preparação interno em Timor-Leste, está em conformidade com o mecanismo de condição na ASEAN, com o qual, das três direções de MNEC. Inclui-se também a “linha coordenação ministerial” interna, a divisão de ministérios em três grupos, baseados em vários pilares: Política e Segurança, Economia, Sociocultural. Esta linha pode reforçar a consolidação institucional e o desenvolvimento de recursos humanos (Entrevista), porque as participações de todas as entidades timorenses são importantes para alcançar o objetivo gerais.

c) Os programas realizados durante a preparação

A SEAA-MNEC preparou quatro domínios de ação, em função da necessidade de preparação: a sensibilização, a avaliação, o estudo comparativo e a participação.

Em primeiro lugar, efeito de sensibilização, tem como objetivo, poder atualizar o progresso do desenvolvimento e manifestar a vontade de Timor-Leste em aderir, explorando a oportunidade de estabelecimento da cooperação bilateral como todos os países membros;

Em segundo lugar, a socialização, visa informar-se a sociedade timorense em todos os territórios, sobre a natureza da ASEAN e o processo preparação do Estado para a sua adesão. A ideia é que o povo timorense possa ficar informado e possa conhecer o conteúdo da organização regional e do inerente processo de integração e a vontade do Governo.

O processo de sensibilização segue o seguinte modelo:

Num primeiro período, há a ASEAN tour, que passa por uma visita oficial a todos os Estados-membros da ASEAN, incluindo o secretariado da CPLP em Lisboa (Portugal).

Num segundo período, dá-se o processo de socialização no território de Timor-Leste. Inclui-se a apresentação em treze município de Timor-Leste, a interação com os meios de comunicação social nacionais e internacionais; a discussão com as principais instituições através de realização de palestras, as chamadas *Round Table Discussion*.

A avaliação, tem implícita a preparação de Timor-Leste no processo, relacionado em três pilares fundamentais. Facilita o Governo e todas as entidades Estado a fazerem um ajustamento político, as leis e regulamentos ajustados ASEAN, através do estabelecimento de cooperação com JICA (*Japanese International Cooperation Agency*). O JICA efetua a pesquisa designada por Timor-Leste *Data Collection Survey of Cooperation for Timor-Leste's Accession to ASEAN*.

O estudo comparativo com o Vietname torna o processo mais profundo e ajuda a uma interação direta entre o *vocal point* de Timor e do Vietnam sobre os esforços de adesão nos planos técnicos. Timor-Leste participa ativamente em todas as atividades da ASEAN, incluindo o ARF:

ARF Peace Keeping Expert Meeting; 1st Annual Meeting of the Asia Pacific Reconciliation Council (APRC); ARF Head of University/College of Defense Meeting; Roundtable Discussion on Training Resources for Preventive Diplomacy; ARF Inter-Sessional Meeting on Disaster Relief (ARF ISM on DR); 8th ARF Eminent and Expert Person (ARF-EPPs); ARF *Senior Official Meeting* (ARF SOM) Leaders; Second Summit of the Pacific Island Development Forum (PIDF); O estabelecimento do consulado timorense em Darwin (Austrália).

E foi em agosto de 2016 que se realizou a conferência da sociedade civil da ASEAN em Díli, durante três dias (3 a 5 de agosto), nela participaram todos os representantes da sociedade civil dos países-membros. Esta conferência teve tema principal “Expandir a Solidariedade dos Povos da ASEAN, para uma Comunidade Justa e Inclusiva”.

A participação timorense serviu para maximizar os laços de amizade na região, e continuar a revelar-se um ato da demonstração de vontade e prontidão para adaptar-se à ASEAN, contribuindo para a segurança regional e nacional.

Ao mesmo tempo, a implementação da ASEAN charter neste período é uma constatação da vontade e capacidade dos membros da ASEAN em executar e implementar bem o *ASEAN Charter*, bem como o requisito e o procedimento de decisão para aceitar o novo membro na organização (Entrevista).

4.4. A avaliação do modelo SWOT

As evidências recolhidas foram sujeitas a uma análise SWOT. Neste tipo de análise procede-se ao levantamento dos aspetos positivos (*Strengths*) e negativos (*Weaknesses*)

associados à gestão e à organização interna do objeto em análise (Ambiente Interno). Em complemento, procede-se também ao levantamento de fatores contextuais positivos e negativos, designadamente *oportunidades (Opportunities)* e *ameaças (Threats)* que podem influenciar a qualidade e o sucesso do objeto em análise (Campos et al., 1999).

A abordagem analítica do tipo “SWOT” tem sido um dos instrumentos de diagnóstico estratégico mais usado, principalmente para análise/avaliação de fenómenos complexos, como é o caso da integração de Timor-Leste à ASEAN. Na Tabela 2 encontram-se identificadas as dimensões (variáveis) avaliadas.

Tabela 2 - Quadro componentes de avaliar.

Origem de fatores	Pontos/Perspectivas das análises	
	Pontos fortes/ <i>Strengths</i> (S)	Pontos fracos/ <i>Weakness</i> (W)
Interna (RDTL)		
Externa (ASEAN)	Oportunidade/ <i>Opportunity</i> (O)	Ameaças/ <i>Threats</i> (T)

4.4.1 Análise das variáveis Internas (Pontos Fortes e Pontos fracos)

Esta dimensão corresponde às condições que Timor-Leste apresenta para ser integrada na ASEAN. Condições internas positivas (pontos fortes, ou seja, capacidades) e condições internas negativas (pontos fracos, ou seja, fragilidades), segundo os resultados de pesquisa primárias e secundárias. As condições encontram-se explicitadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Pontos fortes e pontos fracos de condição Timor-Leste.

Pontos fortes	Pontos fracos
<ul style="list-style-type: none"> - A vontade política de participação e a relação diplomática com os outros países; - Mecanismo de preparação técnica sempre atualizados e acompanhados pela ASEAN; - Constituição RDTL, PED e Roteiro de PED; - Recursos naturais valiosos (Goeconómico); - A geoestratégia, e a relação timorense com a CPLP e EU favorecem a segurança regional e integração económica; - A maioria da população timorense é jovem, e há um grande potencial de 	<ul style="list-style-type: none"> - Frágil no sistema de recrutamento para serviço público, o que resulta no enfraquecimento da qualidade de serviço e atendimento público (<i>The wrong man in the right place</i>); - Domínio de interesses nas decisões da política pública contribuindo para a desvalorização e desrespeito da Lei; - Deficiências no sistema laboral (por exemplo: incumprimento dos direitos dos trabalhadores, salários baixos, ...); - Moeda nacional fraca em relação ao dólar americano, o que se traduz num custo de vida elevado;

desenvolvimento dos recursos humanos; - As línguas oficiais timorenses (Tétum e Língua portuguesa) potenciam a possibilidade de atingir a visão <i>ASEAN people Oriented</i> ; - Forte investimento em recursos humanos e infraestruturas básicas (como educação, saúde, Estradas, Aeroporto e Porto marítimo); - A taxa de crescimento económica positiva; - Estatuto de observador na WTO; - Integração sub-regional entre Timor-Leste, Indonésia e Austrália.	- Centralização dos serviços e infraestruturas na capital/Díli, o que provoca a exclusão e assimetrias na vida social timorense; - A elevada dependência do fundo petrolífero; - Investimentos mínimos no setor turismo, e setor privado, empresários timorenses com reduzida capacidade de financiamento; - Baixos níveis de exportação e forte dependência da importação; - Agricultores sem formação mínima. Grandes carências ao nível da capacitação sobre a produção agrícola e o papel da agricultura na alimentação e sustentabilidade nacional;
---	--

Fontes: Elaboração própria.

4.4.2. Análise das variáveis Externas (Positivas e Negativas)

Esta dimensão corresponde às oportunidades (fatores externos positivos) e às ameaças (fatores externos negativos) que existem para Timor-Leste na integração à ASEAN e encontram-se sistematizados na Tabela 4.

Tabela 4 - Oportunidades e Ameaças.

Oportunidades	Ameaças
- Potenciar o investimento estrangeiro direto (IED), que pode facilitar a oportunidade de criação de postos de trabalho; - A flexibilidade do sistema e facilidade de implementação da Integração regional, isto é, na “ <i>ASEAN Community</i> ”; - Oferece a possibilidade de acesso ao conhecimento sobre novas tecnologias da indústria; - Consolidação de Estado e identificação da identidade regional;	- Ameaças de movimentos dos grupos separatistas; - Elevada interdependência entre Estado na região; - Elevada competitividade de mercado; - Ameaça de conflitos sociais (por exemplo, baseado em divergências de religião); - Maior circulação de produtos ilegais e transação ilegais associados ao mercado livre; - Maior circulação de pessoas e maior

<ul style="list-style-type: none"> - Participação e a contribuição para a paz e estabilidade regional e internacional; - Acompanhamento no fenómeno da globalização no cenário de política internacional; - Potenciar riquezas naturais, para além do petróleo; - Redução da pobreza; 	<ul style="list-style-type: none"> risco de contaminação de doenças, tais como, SIDA e Hepatites; - Sobreposição da globalização aos valores culturais e à tradição timorense, potenciando o risco de perda das mesmas; - Divergências de implementação e valores no domínio judiciário e político;
---	--

Fontes: Elaboração própria.

4.4.3. Estratégia como perspetiva para a integração de Timor-Leste na ASEAN

A análise SWOT constitui um instrumento de decisão estratégica cruzando quatros dimensões de análise numa matriz que permite a definição de linhas de atuação prioritária

a. Eixo WOT (evitar os pontos fracos para minimizar ameaças e alcançar oportunidade)

Timor-Leste, para responder às fraquezas, deve ter a estratégia adequada que consiste nos seguintes pontos: diversificação, cometimento/intensificação, qualidade de gestão, todos estes pontos estão no PED.

O Governo tem de manter e fortificar a cooperação/integração sub-regional, e deve acelerar a política de diversificação económica nacional, como ditado na PED, para diminuir a dependência do fundo petrolífero, melhorar a qualidade de agricultura e os produtos locais. Precisa de acelerar o processo de diversificação desenvolvimento nacional, para diminuir o centralismo político, através de uma política der descentralização, para responder ao ED. A ideia é alcançar um nível de desenvolvimento equilibra em todo território (incluindo áreas rurais).

Qualificar e fortificar o sistema de controlo nacional para assegurar a implementação das leis/regulamentos, tanto para atendimento público e qualidade do mercado. Intensificar o investimento de recurso humano para proporcionar quadros profissionais com mais competências, mantendo o regime de careiras profissionais. Necessita de reforçar o SEFOPE (Secretário de Estado da Formação Profissional e Emprego), para informar os empresários sobre as potencialidades e riquezas de Timor. Por exemplo, a importância do investimento para o setor do turismo, a importância do

ambiente (reciclagem), agricultura, indústria e bem-estar, de participar com qualidade na atividade mercado livre.

Relativamente às ameaças, o Governo deve ter uma estratégia favorável, tal como consolidar e manter a sua cooperação diplomática (Política externa). Deve fortificar a gestão portuária, dos serviços interministeriais para qualificar e intensificar a qualidade de serviço relacionado com o controlo de toda a atividade nacional. Neste caso, tanto no domínio económico, político e social, os quais se enquadram nas instituições nacionais de PNTL, F-FDTL, MNEC, ESTATAL.

b. Eixo SOT (usar os pontos fortes para ultrapassar evitar ou minimizar ameaças externas e alcançar mais facilmente as oportunidades)

A véspera da integração timorense na ASEAN é considerada muito importante para a oportunidade de interesse política, económico e social.

Economicamente, permite-se ao Estado timorense atrair o investimento direto estrangeiro (influencia a vida social do país e reduz o número de desemprego), aumento do fluxo de qualidade da importação de bens e móveis, com o objetivo de acelerar os setores do desenvolvimento nacional de país.

Do ponto de vista político, fortificaras relações regionais de Timor, assim como a consolidação de identidade política nacional de reconciliação, de respeito mútuo pela constituição democrático do país. Assim, a participação timorense na cena internacional vai ser um contributo (não é apenas dependência timorense para comunidade internacional), mas a sua contribuição para manutenção de paz e segurança mundial, valores direitos humanos internacional, igualdade género, resolução conflito, e ambiente.

Nos planos sociais, a história de colonialismo (única país no Sudeste Asiático colonizado pelo português), e a herança de língua, religião dos timorenses irão enriqueçam a cor sociedade desta associação da região.

Conclui-se, neste quadro SWOT de análise, sobre as condições de Timor-Leste para integrar a ASEAN, que as forças e as oportunidades são as que apresentam maiores fundamentos no processo de integração, portanto não há razão jurídica no que concerne à ASEAN (ASEAN Charter) para adiantar este processo.

As forças e as oportunidades são pontos fortes, tendo em conta o apoio no processo do país. As vulnerabilidades e as ameaças tendem a atenuar-se através de uma estratégia de manutenção para o impacto no futuro da integração.

Assim, podemos dizer que este processo de integração sofreu bastantes avanços, muito por influência e contributo externo. Por outro lado, está altamente dependente de consensos entre os dez Estado- membros da ASEAN. Tudo isto depende do fator tempo.

Parte 5

Conclusão

O fenómeno da integração regional funciona como uma estratégia política, servindo como instrumento para a revitalização económica dos países, face aos desafios da globalização.

Timor-Leste tem em curso um processo de adesão numa das mais importantes organizações económicas do continente asiático, a ASEAN. Razões geopolíticas, históricas, políticas, sociais e particularmente económicas justificam a vontade de participar nesta integração por parte de Timor, embora a organização procure igualmente uma participação alargada regional.

Na avaliação que fizemos sobre o processo de adesão, temos em conta vários domínios de análise: jurídico, técnico, político, económico e social.

Em primeiro lugar, do ponto de vista jurídico, a partir da ASEAN Charter, verificamos que não há referência ao sistema político e/ou à ideologia ou aos requisitos de desenvolvimento económico. Assim, salientamos que a ASEAN não possui fundamentos jurídicos para poder adiar a admissão timorense, porque Timor-Leste é um país democrático, que respeita os valores universais associados aos direitos humanos.

Em segundo lugar, tecnicamente, a preparação de timorense consideramos em progressos, isto é, a identificação de barreiras concretas para as ultrapassar e conduzir á a filiação de Timor-Leste na ASEAN, pela comissão de ASEAN nomeadamente ACCWG

Em terceiro lugar, ponto de vista político, a história política de Timor-Leste evidencia um esforço da paz e valorização da reconciliação, (por exemplo relação bilateral Timor-Leste com Indonésia), ainda na linha política, após a saída da missão de ONU em Timor-Leste, o funcionamento das institucionais timorense de F-FDT e PNTL desempenha um papel importante na consolidação do Estado Democrático, tendo estas mesmas demonstrando na garantir a estabilidade nacional, onde as eleições em Março e Julho realizaram-se de forma pacífica, estável e Democrático, assim provando a capacidade Timor-Leste em aliar a política e a segurança nacional.

Salientamos que Timor-Leste se mostra como um país politicamente responsável e comprometido. Por exemplo o país tem vindo a participar em muitas iniciativas regionais, adotando e ratificando tratados internacionais que promovem a segurança, o desenvolvimento económico e o bem-estar da sociedade, tal como é mencionado no relatório SEAA (2014).

Neste contexto salientamos, também que a integração é uma exigência nacional, assumida pelo Governo Timor-Leste, na consolidação da Paz, na afirmação da identidade política nacional no espaço regional. A integração na ASEAN possibilitará ao timorense uma participação mais ativa em encontros realizados num cenário de política internacional, e regional, que podemos traduzir por uma aprendizagem e por mais experiência política. Também no plano geopolítico e geoestratégico, a adesão à ASEAN, a partir da sua localização, permite reservar ao país uma cintura de segurança.

Em quarto lugar, do ponto de vista económico, destaca-se as necessidades de uma maior abertura e intensificação da atividade económica timorense, tal como está definido na organização. Assim, prossegue-se os princípios da economia de mercado e do liberalismo económico, abertura de fronteiras e desarmes alfandegários. O Governo de Timor-Leste já participa como observador na atividade de comércio multilateral no âmbito da OMC, WTO, o que favorece a implementação de políticas económicas no país e facilita a articulação com as necessidades económicas da ASEAN. Ainda assim, verificou-se que o Governo ainda não desenvolveu um *road map* capaz de identificar os setores mais relevantes para poder atrair investimento estrangeiro. De notar que setores como a agricultura e o turismo são muito débeis na estrutura económica nacional, para além da pouca iniciativa privada e do mau funcionamento dos serviços públicos. Timor-Leste continua muito dependente dos produtos de importação, como bens e móveis, que vêm sobretudo da Indonésia. Acresce o facto de que o rendimento do Estado estar muito dependente do fundo de receitas do petróleo. A elevada competitividade do mercado que compõe os países da ASEAN obriga a reformas estruturais essenciais para evitar os efeitos nefastos da abertura económica.

Em quinto lugar, do ponto de vista social, a maioria da população timorense é jovem, o que permite uma boa oferta de recursos humanos. O Governo timorense tem apostado numa política de formação e educação através da concessão de bolsas e/ou subsídios, o que tem permitido a deslocação de muitos estudantes para o estrangeiro, em muitos domínios. A sociedade civil timorense tem ganho dimensão, sendo cada vez mais ativa, com a existência de uma pluralidade de instituições dedicadas a muitas

causas e motivos sociais, desde ONG, igrejas, associações culturais, etc. Esta entidade tem funcionado em articulação com o Governo.

Por fim, é de valorizar os esforços sistemáticos que o Estado-timorense tem vindo a desenvolver no sentido de envolver os timorenses no processo de adesão, abrangendo assim o interesse público sobre esta matéria. O título ilustrativo destaca-se a organização, em Díli, em agosto de 2016, da conferência da Sociedade Civil ASEAN.

O Governo de Timor-Leste continua a fazer os esforços para que o processo de integração na ASEAN se conclua em breve, ficando aberto uma linha de investigação futura sobre consequências deste processo de integração particularmente no vertente económico e social timorense, assim que estiver consumado.

Bibliografia

- Amaral, D. F. (2014). *Uma Introdução à Política*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Andrade, M. de, & Lakatos, E. M. (2014). *Sociologia Geral*. São Paulo: Atlas.
- Aparício, J. (2017). *A Presidência de Proximidade de Taur Matan Ruak*. Porto: Porto Editora.
- ASEAN. (1997). *Hanoi Plan of Action*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <http://www.aseanhrmech.org/downloads/Hanoi-Plan-of-Action.pdf>.
- ASEAN. (2008). *ASEAN Economic Community Blueprint*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <http://asean.org/wp-content/uploads/archive/5187-10.pdf>.
- ASEAN. (2011). *Chair 's Statement of the 19 th ASEAN Summit Bali , 17 November 2011*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em https://www.kemlu.go.id/Documents/Chair%27s%20Statement%20of%20the%2019th%20ASEAN%20Summit/Chair%27s%20Statement%2019th%20ASEAN%20Summit%20-%20FINAL%20-%2018%20November%202011_CLEAN.pdf.
- ASEAN. (2015). *Masyarakat ASEAN: Maju Bersama Masyarakat ASEAN*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <https://www.kemlu.go.id/Majalah/ASEAN%20Edisi%2010.pdf>.
- ASEAN (n.d.). *ASEAN Free Trade Area (AFTA) Towards a Single ASEAN Market*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <http://www.aseansec.org>
- ASEAN (2008a). *Asean Political-Security Community Blueprint*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <http://asean.org/wp-content/uploads/archive/5187-18.pdf>.
- ASEAN (2008b). *The ASEAN Charter*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em <http://asean.org/wp-content/uploads/images/archive/publications/ASEAN-Charter.pdf>.
- ASEAN (2010). *ASEAN Selayang Pandang*. Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em [http://perpustakaan.bappenas.go.id/lontar/file?file=digital/128191-\[Konten\]-Konten%20C8913.pdf](http://perpustakaan.bappenas.go.id/lontar/file?file=digital/128191-[Konten]-Konten%20C8913.pdf).
- ASEAN (2012). *ASEAN Selayang Pandang* (20th ed.). Jakarta: Secretariado ASEAN. Disponível em https://www.kemlu.go.id/Documents/ASEAN/ASP_2012_Edisi_20.pdf.
- Balão, S. (2014). Globalização. In Nuno Canas Mendes (ed), *Enciclopédia das Relações Internacionais* (pp. 228-229). Dom Quixote.
- Balassa, B. (1961). *Teoria da Integração Económica*. (2nd ed.). Lisboa: Livraria Classica Editora, Ed.
- Baldwin, D. A. (1993). *Neorealism and Neoliberalism, the Contemporary Debate*. Nova Iorque: Colombia Univeristy.
- Braillard, P. (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Braud, G. H., Bertrand, G., Pierre, B., & Philippe, B. (n.d.). *Dicionário de Ciência Política e das Instituições Políticas*. Escolar Editora.
- Buszynski, L. (2007). ASEAN: A Changing Regional Role. *Asian Survey by University of California Press*, 27(7), 764–786. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0004-4687%28198707%2927%3A7%3C764%3AAACRR%3E2.0.CO%3B2-N>.
- Campos, J. M. de, Porto, M. C. L., Fernandes, A. J., Medeiros, E. R. de, Ribeiro, M. de A., & Duarte, M. L. (1999). *Organizações Internacionais: Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações Internacionais de que Portugal e Membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cardim, C. H., & Cruz, J. B. (2002). *CPLP: Oportunidade e Perspectivas*. Brazil:

- Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais-IPRI. Disponível em <http://funag.gov.br/loja/download/0066-CPLP Oportunidades e Perspectivas.pdf>.
- Castanheira, J. P. (2014). Países em desenvolvimento. In Nuno Canas Mendes (ed), *Enciclopédia das relações internacionais* (pp. 369-371). Dom Quixote.
- Centeno, R. M. S. (2006). *Timor-Leste da Nação ao Estado*. Porto: Anfrontame.
- Cierco, T. (2015). As Nações Unidas e o Estado de Direito em Timor-Leste. <http://doi.org/www.rcaap.pt>.
- Comissão Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR). (2010). *Chega!* (Vol. 1). Jakarta. Disponível em <http://chegareport.net/Chega%20All%20Volumes.pdf>.
- Conceição, D. da, & Valdevino, V. de S. (2016). A concepção de regimes na política internacional à luz das teorias de relações internacionais * The conception of regimes. <http://doi.org/10.5102/uri.v14i1.3638>.
- Dreher, A. (2008). Toward and Understanding of the Concept of Globalisation. *KOF Swiss Economic Institute (Konjunkturforschungsstelle)*. http://doi.org/10.1007/978-0-387-74069-0_2.
- Dreher, A. (2017). Does globalization affect growth? Evidence from a new index of globalization. KOF Swiss Economic Institute (Konjunkturforschungsstelle). Disponível em <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=503916>.
- Durand, F. (2010). *História de Timor-Leste: da Pré-História à Atualidade* (2nd ed.). Lisboa: Lidel.
- Freire, M. R. (2011). *Política Externa AS Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Fundação Mário Soares. (n.d.). *A Nossa Vitória é Apenas Questão de Tempo*. Timor-Leste. Disponível em http://amrtimor.org/amrt/expo_2002_pq.pdf.
- Gomes, J. J. P. (2010). A Internacionalização da Questão de Timor-Leste. *Relação Internacionais*. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n25/n25a07.pdf>.
- Governo de Timor-Leste (2002). *Constituição da RDTL*. Dili. Disponível em http://timorleste.gov.tl/wpcontent/uploads/2010/03/Constituicao_RDTL_PT.pdf.
- Governo de Timor-Leste. (2009). *10º Aniversário da Consulta Popular de 30 de Agosto de 1999*. Dili. Disponível em http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2010/03/Crono_ultimos_passos_libert_nac_PT1.pdf.
- Governo de Timor-Leste. (2013). *Timor-Leste Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Dili. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL7.pdf>.
- Governo de Timor-Leste. (2015). Censo de 2015 mostra crescimento populacional moderado. Dili. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=13777&lang=pt>.
- Governo de Timor-Leste. (2016a). Comunicado de imprensa. Dili: Governo de Timor-Leste. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=16144&lang=pt>.
- Governo de Timor-Leste. (2016b). Timor-Leste Faz Todos os Preparativos Para Adesão à ASEAN. Dili. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=14835>.
- Governo de Timor-Leste. (2017a). Programa do VI Governo Constitucional. Dili. Disponível em <http://timor-leste.gov.tl/?p=11688&print=1&lang=pt>.
- Governo de Timor-Leste. (2017b). Roteiro Para a Implementação da Agenda Para 2030 e dos ODS em Timor-Leste. Dili: Governo de Timor-Leste. Disponível em http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2017/08/UNDP-Timor-Leste_SDP-Roadmap_doc_v2_Portuguese_220717.pdf.
- Governo Timor-Leste. (2014). *Timor-Leste and ASEAN: Perspective and Challenges*. Dili. Disponível em http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2014/04/Timor-Leste-ASEAN_Perspectives-and-Challenges-2.4.14.pdf.

- Haas, E. B. (1961). *International Integration: The European and the Universal Process*. *International Organization*. Disponível em https://www.lsu.edu/faculty/lray2/teaching/7971_1s2009/haas1961.pdf.
- Haas, E. B., & Schmitter, P. C. (1964). Economics and differential patterns of political integration: Projections about Latin America.
- Heywood, A. (2002). *Politics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillas.
- Hocking, B. (1996). Regionalism: An International Relations Perspective. In F. Cass (Ed.), *The Political Economy of Regionalism*. Londres: Cabridge Univeristy Press.
- John G Taylor. (1999). *East Timor the Price of Freedom*. Nova Iorque: Zed Books.
- Joseph S. Nye, J. (2000). *Understanding International Conflicts: An Introduction to Theory and History*. (3rd ed.). Nova Iorque: Longman cop.
- Kammen, D. (2013). Timor-Leste national political consensus: one vision and commitment towards ASEAN. Disponível em <https://www.laohamutuk.org/econ/ASEAN/KammenASEAN23Apr2013.pdf>.
- Kauder, B., & Potrafke, N. (2015). Globalization and Social Justice in OECD Countries. *Cesifo Working Papers*. Disponível em http://www.cesifo-group.de/DocDL/cesifo1_wp5210.pdf.
- Keating, M., & Loughlin, J. (1997). *The Political Economy of Regionalism*. Londres: Frank Cass.
- Kegley, C. W., Howell, L. D., & Howdell, J. (2007). The Dimensionality of Regional Integration□: Construct Validation in the Southeast Asian Context. *International Organization*, (pp. 997–1020). Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28197523%2929%3A4%3C997%3ATDORIC%3E2.0.CO%3B2-W>.
- Keohane, R. O., & Nye, J. S. (1989). *Power and Interdependence*. Nova Iorque: Longman, cop.
- KOF Swiss Economic Institute (Konjunkturforschungsstelle). (2016). Index of Globalization. *A Globalizing World? Culture, Economics, Politics*. Disponível em https://www.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/dual/kof-dam/documents/Globalization/2018/KOF_Globalisation_Index_Revisited.pdf.
- Kuntari, C. R. (2008). *Timor-Timur: Satu Menit Terakhir*. Indonésia Bandung: PT Mizan Pustaka.
- Kurus, B. (2007). Understanding ASEAN□: Benefits and Raison d ' Etre, 33(8), 819–831. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0004-4687%28199308%2933%3A8%3C819%3AUABARD%3E2.0.CO%3B2-O>.
- Laffan, B. (1993). *Integration and Co-operation in Europe*. Londres: Routledge.
- Leitão Antonio. (2016). As Relações Entre Portugal e Timor-Leste: da Descolonização aos Desafios no Pós-intervencionismo. *Coimbra University Press*. <http://doi.org/www.rcaap.pt>.
- Magalhães, A. B. de. (1992). *Timor-Leste: Ocupação Indonésia e Genocídio*. Porto: Universidade do Porto.
- Magalhães, A. B. de. (1992). *Timor-Leste: Terra de Esperança*. Porto: Universidade de Porto.
- Magalhães, A. B. de. (1994). *2º Curso de Introdução à Indonésia e Timor-Leste*. Porto: Universidade Porto.
- Magalhães, A. B. de. (1999). *Timor-Leste na Enruzilhada da Transição Indonésia*. (Gradiva Publicação, Ed.) (1st ed.). Lisboa: Fundação Mario Soares.
- Medeiros, E. R. de. (2013). *Economia Internacional: Comércio e Finanças* (9th ed.). Lisboa: Escolar Editora.
- Mendes, N. C. (2014). ASEAN. In *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Dom Quixote.

- Nações Unidas. (2000). As Nações Unidas e Timor Leste A autodeterminação através de consulta popular. <http://doi.org/www.un.org>.
- Neves, P., & Guerra, R. (2015). *Teses em Ciências Sociais Dicas Muito Práticas*. (Manuel Robalo, Ed.). Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Novais, R. (2006). De Leste a Lorosae: a Década da Mudança em Timor. In *Timor-Leste da Nação ao Estado*. Porto: Edições Anfrontamento.
- Nye, J. S. (2007). Comparative Regional Integration□: Concept and Measurement. *International Organization*, 22(4), 855–880. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0020-8183%28196823%2922%3A4%3C855%3ACRICAM%3E2.0.CO%3B2-D>.
- Oliveira, H. A. de. (2002). Os blocos asiáticos e o relacionamento Brasil-Ásia. *São Paulo Em Perspectiva*, 16(1), 114–124. <http://doi.org/10.1590/S0102-88392002000100012>.
- Oliveira, H. A. de. (2006). A Ásia na Atual Conjuntura Mundial. In *Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação*. São Paulo: Saraiva.
- Oliveira, H. A. de, & Lessa, A. C. (2006). *Política Internacional Contemporânea: Mundo em Transformação*. São Paulo: Saraiva. Disponível em www.saraivauni.com.br.
- Organização das Nações Unidas. (2002). *Ukun Rasik A ' an O caminho à nossa frente. Relatório do DEsenvolvimento Humano de Timor-Leste 2002*. Dili. Disponível em http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/rdhtl_final.pdf.
- Pereira, A. P. (2014). Integração. In *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pulsipher, A., & Mahelic, P. L. (2002). *World Regional Geography: Global Patterns, Local Lives*. Nova Iorque: W. H. Freeman and Company, Ed.
- Ramos, F. D. de O. A. (2010). *A Diplomacia Portuguesa no Processo de Autodeterminação Timorense (Evolução Entre 1974-1999)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Lisboa.
- Rizzi*, K. R. (2010). A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência, n. 48, p. 51-75, jul./dez. 2010 Ciências & Letras. Porto Alegre. Disponível em <http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos>.
- Rodolfo C. Severino, J. (2002). *ASEAN Today and Tomorrow*. Indonésia Jakarta: Secretariado ASEAN.
- Saraiva, H. R. (2012). *A Política Externa de Portugal Para a PESC: o caso de Timor-Leste*. Aveiro: Mare Liberum Editora, Ed.
- SEAA-MNEC. (2014). *Haklaken, Hadiak no Hametin. O Segundo Relatório do Quinto Governo Constitucional de Agosto 2013-agosto 2014*. Dili: SEAA-MNEC.
- Seabra, P. (2013). The Need for a Reshaped Foreign Policy. In *The Politics of Timor-Leste, Democratic Consolidation After Intervention*. Nova Iorque: Cornell University Press.
- Silva Fernandes, M. (2005). O Processo de Descolonização do Timor Português nos Arquivos Portugueses, 1974-1975. *IV Seminário de Arquivos de Tradição Ibérica*, 1–14. <http://doi.org/www.rcaap.pt>.
- Sousa, F. de. (2005). *Dicionário de relações internacionais*. Santa Maria da Feira: Anfrontame-CEPESE-Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade.
- The Habibie Center. (2016). Rethinking the Process for Timor-Leste ' s Application for ASEAN Membership, 3(4). Disponível em http://admin.thcasean.org/assets/uploads/file/2016/04/PB_Vol3_Issue_4_March_2016.ccompressed.pdf.
- United Nations Economic and Social Commision for Asia and the Paficif. (2010).

- Striving Together ASEAN & the UN. Disponível em <http://www.unescap.org/sites/default/files/Striving-Together-ASEAN-UN2010.pdf>.
- Universidade Técnica de Lisboa da Faculdade de Arquitectura. (2002). *Atlas de Timor-Leste*. Lisboa: Lidel, Cop.
- World Bank. (2017). East Asia and Pacific Economy Update: Timor-Leste. (April), 164–167. Disponível em <http://www.worldbank.org/en/country/timor-leste/overview>
- Zorgbibe, C. (1990). *Dicionario de Política Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.

Anexos


Anexos I- Perfil Estatístico do País Timor-Leste

Country Profile				
	1990	2000	2010	2016
World view				
Population, total (millions)	0,75	0,87	1,11	1,27
Population growth (annual %)	2,8	1,0	1,6	2,2
Surface area (sq. km) (thousands)	14,9	14,9	14,9	14,9
Population density (people per sq. km of land area)	50,6	58,6	74,6	85,3
Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population)	..	36,3	49,9	41,8
Poverty headcount ratio at \$1.90 a day (2011 PPP) (% of population)	..	42,5	43,5	..
GNI, Atlas method (current US\$) (billions)	..	0,72	3,21	2,71
GNI per capita, Atlas method (current US\$)	..	780	2,890	2,180
GNI, PPP (current international \$) (billions)	..	1,54	7,04	5,39
GNI per capita, PPP (current international \$)	..	1,770	6,340	4,340
People				
Income share held by lowest 20%	..	7,3	9,1	..
Life expectancy at birth, total (years)	48	59	67	69
Fertility rate, total (births per woman)	5,3	7,1	6,2	5,6
Adolescent fertility rate (births per 1,000 women ages 15-19)	57	71	58	45
Contraceptive prevalence, any methods (% of women ages 15-49)	25	8	22	..
Births attended by skilled health staff (% of total)	..	24	29	..
Mortality rate, under-5 (per 1,000 live births)	175	109	63	50
Prevalence of underweight, weight for age (% of children under 5)	..	40,6	45,3	37,7
Immunization, measles (% of children ages 12-23 months)	..	56	66	78
Primary completion rate, total (% of relevant age group)	80	106
School enrollment, primary (% gross)	..	118,3	131,1	136,8
School enrollment, secondary (% gross)	..	37	67	77
School enrollment, primary and secondary (gross), gender parity index (GPI)	1	1
Prevalence of HIV, total (% of population ages 15-49)
Environment				
Forest area (sq. km) (thousands)	9,7	8,5	7,4	6,9
Terrestrial and marine protected areas (% of total territorial area)	0,0	0,6	..	2,1
Annual freshwater withdrawals, total (% of internal resources)	14,3	14,3
Improved water source (% of population with access)	..	54	68	72
Improved sanitation facilities (% of population with access)	..	37	39	41
Urban population growth (annual %)	5,1	2,4	3,8	4,1
Energy use (kg of oil equivalent per capita)	57	..
CO2 emissions (metric tons per capita)	..	0,17	0,21	0,39
Electric power consumption (kWh per capita)
Economy				
GDP (current US\$) (billions)	..	0,37	0,94	1,44
GDP growth (annual %)	..	17,5	10,4	4,3
Inflation, GDP deflator (annual %)	..	5,6	3,3	-1,2
Agriculture, value added (% of GDP)	..	28	20	20
Industry, value added (% of GDP)	..	16	17	19
Services, etc., value added (% of GDP)	..	56	62	62
Exports of goods and services (% of GDP)	..	21	10	6
Imports of goods and services (% of GDP)	..	168	115	96
Gross capital formation (% of GDP)	..	38	40	37
Revenue, excluding grants (% of GDP)	256,7	102,6
Net lending (+) / net borrowing (-) (% of GDP)	174,3	8,9
States and markets				
Time required to start a business (days)	110	9
Domestic credit provided by financial sector (% of GDP)	..	-8,7	-23,5	-8,8
Tax revenue (% of GDP)	103,0	39,9
Military expenditure (% of GDP)	2,8	2,6
Mobile cellular subscriptions (per 100 people)	0,0	2,1	43,8	125,0
Individuals using the Internet (% of population)	0,0	0,0	3,0	25,2
High-technology exports (% of manufactured exports)	10	10
Overall level of statistical capacity (scale 0 - 100)	56	67
Global links				
Merchandise trade (% of GDP)	..	30	28	64
Net barter terms of trade index (2000 = 100)
External debt stocks, total (DOD, current US\$) (millions)
Total debt service (% of exports of goods, services and primary income)
Net migration (thousands)	-4	4	-50	..
Personal remittances, received (current US\$) (millions)	137	80
Foreign direct investment, net inflows (BoP, current US\$) (millions)	..	1	30	5
Net official development assistance received (current US\$) (millions)	0,1	231,3	291,5	212,3

Source: World Development Indicators database

Figures in italics refer to periods other than those specified.

Anexos 2 – Perfil Estatístico da ASEAN

Selected basic ASEAN indicators as of August 2016						 Building knowledge in the ASEAN Community
Indicators	Unit	2012	2013	2014	2015	
Total land area	km ²	4,435,617	4,435,618	4,435,618	4,458,839	
Total population	thousand	605,801	613,571	621,006	628,937	
Gross domestic product at current prices	US\$ million	2,383,403	2,493,421	2,519,416	2,431,969	
GDP growth	percent	6.1	5.2	4.7	4.7	ASEAN figure is estimated using country growth rates and country share of world GDP valued in PPP\$ from the IMF WEO Database April 2015.
Gross domestic product per capita at current prices	US\$	3,934	4,064	4,057	3,867	
International merchandise trade	US\$ million	2,472,300	2,511,500	2,528,616	2,269,859	
Export	US\$ million	1,253,400	1,271,100	1,292,400	1,181,889	2015 figures are as of 30 August 2016
Import	US\$ million	1,218,900	1,240,400	1,236,216	1,087,970	
Foreign direct investments inflow	US\$ million	117,099	124,865	129,995	119,975	2015 figure are as of 30 June 2016
Visitor arrivals	thousand	89,225	101,055	105,083	108,846	2015 figure are as of 31 August 2016
Sources: ASEANstats, ASEAN Secretariat						
Symbols used: - not available as of publication time n.a. not applicable/not available/not compiled Data in <i>italics</i> are the latest updated/revised figures from previous posting. <i>pt/</i> preliminary						

Anexos 3 – Perguntas de Entrevista (Questionário).

Entrevista com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Timor-Leste, Sr. Roberto Sarmiento de Oliveira Soares

Perguntas:

1. A integração na ASEAN, é um dos grandes desígnios da diplomacia timorenses. Como é que o estado timorense tem diligenciado diplomaticamente junto dos restantes membros da ASEAN de modo concluir com sucesso, as negociações?
2. A adesão do país à ASEAN será um desafio exigente para a sociedade timorense. De que modo a economia de país está a ser preparado pelo governo a fim de garantir o sucesso da sua participação nesta organização?
3. Quais são as consequências da adesão de Timor-Leste na ASEAN para a sua relação histórica com Portugal e a Austrália e Outras Organização (*Pacific Island Forum*)?
4. Quais são os desafios prementes que o país enfrenta na sua negociação com a ASEAN?
5. Quais as vantagens e desvantagens da adesão de Timor-Leste à ASEAN?

□